

Crise e protesto no Portugal austeritário (2008 a 2012): a participação dos jovens portugueses no Movimento da Geração à Rasca e no Que se Lixe a Troika.

Maria Nazaré de Souza Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Orientadora:

Professora Doutora Guya Accornero
Professora Auxiliar convidada
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Professor Doutor André Freire
Professor Catedrático em Ciência Política
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro

2018

AGRADECIMENTOS

Ao ISCTE-IUL, a universidade que escolhi para fazer este Mestrado, pela organização curricular do mesmo e pelo interesse que tanto me despertou;

Ao meu filho Francisco, ao Tobias e ao Aramis, companheiros de muitas e longas noites de estudo;

Àqueles colegas que amigos ficaram;

À *Serra-Mãe*, lugar onde sempre busco a paz interior e a energia renovada;

Ao meu Deus, fonte de Vida e de Luz.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Doutora Guya Accornero, bem como, ao meu coorientador, Professor Doutor André Freire, pela colaboração prestada e pelo tempo que me dedicaram.

RESUMO

A crise e a austeridade em Portugal, de 2008 a 2012, marcaram um dos períodos mais difíceis e de maior tensão política, económica e social da nossa História Contemporânea.

Emergem, no contexto de indignação e de protesto então surgido, atores coletivos enquadrados em movimentos sociais, destacando-se neste âmbito o da *Geração à Rasca* e o *Que se lixe a troika, queremos as nossas vidas*, a 12 de Março de 2011 e a 15 de Setembro de 2012, respetivamente.

A participação dos jovens foi particularmente relevante nestas ações de protesto, tendo sido quatro jovens os organizadores da *Geração à Rasca*, a primeira e a maior a que assistimos a seguir à “Revolução de Abril”.

Procurar-se-á saber, por isso, em que medida a crise e a austeridade naquele período influenciou a participação política dos jovens, e ainda, se os novos novos movimentos sociais surgidos, como os que acima referi, foram uma resposta dos mesmos à política austeritária então imposta.

PALAVRAS-CHAVE

Portugal; jovens; austeridade; protesto; movimentos sociais; participação política.

ABSTRACT

The crisis and austerity in Portugal, from 2008 to 2012, marked one of the hardest periods of our contemporary history due to the great political, economic and social tensions that developed. In a context of indignation and protest, new collective actors emerged, specially the “*Geração à Rasca*” and “*Que se lixe a troika*” movements, which organized the largest events of the period: on 12th of March 2011 and on 15th of September 2012, respectively.

The participation of young people was particularly relevant in these protests, both in terms of participants and organizers, especially in the case of 12th of March protest, the first and largest we had ever seen since “April Revolution”.

Against this background, this study aims to analyze in which measure the crisis and austerity during that period influenced the political participation of young people, and also if and to what extent the new social movements were a response to the austerity policy imposed.

KEY WORDS

Portugal; young people; austerity; protest; social movements; political participation.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO

1. Objeto de estudo.....	1
2. Questões de pesquisa.....	3
3. Objetivos gerais e hipóteses orientadoras.....	3
4. Estrutura da investigação.....	4
CAPÍTULO I – Metodologia.....	5
CAPÍTULO II- Estado da Arte	
II.1. - Participação política e democracia.....	8
II.2. - Os novos novos movimentos sociais.....	11
CAPÍTULO III – Crise e protesto em Portugal: contexto e atores.....	15
CAPÍTULO IV – Análise de Conteúdo	
IV.1. – Caracterização dos jovens entrevistados.....	20
IV.2. – Discussão dos resultados.....	23
CONCLUSÃO.....	30
BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES CONSULTADAS.....	33
ANEXOS	
A.....	I
B.....	VI
C.....	XIV

ÍNDICE DE FIGURAS E DE QUADROS

Figuras

- Figura um – Tendência do emprego desde o início da crise (estimativas da OIT a partir do EUROSTAT).....Anexo A1
- Figura dois – A severidade da austeridade nos países periféricos da zona euro (a partir de 2009).....Anexo A2
- Figura três – Desemprego de longa duração entre os jovens portugueses (3º trimestre de 2011 e 3º trimestre de 2012).....Anexo A3
- Figura quatro – Países em risco de pobreza (taxa) segundo EUROSTAT.....Anexo A4
- Figura cinco – Índice de privação material grave EUROSTAT.....Anexo A4
- Figura seis – Confiança nos partidos – EUROBARÓMETRO.....Anexo A5
- Figura sete – Confiança nos parlamentos nacionais – EUROBARÓMETRO.....Anexo A5

Quadros

- Quadro um – Índice da abstenção em Portugal (1975 a 2011) PORDATAAnexo B1
- Quadro dois – Manifestações e greves gerais em Portugal (entre 2010 e 2013).....Anexo B2
- Quadro três – Operacionalização do conceito de participação política.....Anexo B3
- Quadro quatro – Participação política em Portugal por modalidade (2008 e 2012), dados do INQUÉRITO NACIONAL 2008 e 2012.....Anexo B4
- Quadro cinco – Participação em manifestações legais na Europa (%) – manifestações de protesto.....Anexo B5
- Quadro seis - Participação em manifestações legais na Europa (%) em 2012 (segundo a idade e o país).....Anexo B6
- Quadro sete - Participação em manifestações legais na Europa (%) em 2012 (desempregados, trabalhadores precários, estudantes entre outros).....Anexo B7
- Quadro oito – População desempregada por grupo etário, sexo. E nível de escolaridade completo (1º trimestre de 2011).....Anexo B8

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

Organizações/instituições

AR.....	Assembleia da República
BCE.....	Banco Central Europeu
BE.....	Bloco de Esquerda
CDS-PP.....	Centro Democrático Social-Partido Popular
CGTP.....	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
ESS.....	European Social Survey
EUROBARÓMETRO.....	Pesquisas de opinião públicas realizadas regularmente em nome da Comissão Europeia aos seus Estados-membros
EUROSTAT.....	Gabinete de Estatísticas da União Europeia
FMI	Fundo Monetário Internacional
IN.....	Inquérito Nacional (de 2008 a 2012)
INE.....	Instituto Nacional de Estatística
LIVRE.....	Partido LIVRE
MGR.....	Movimento Geração à Rasca
OIT.....	Organização Internacional do Trabalho
PAN.....	Partido PESSOAS, ANIMAIS, NATUREZA
PCP.....	Partido Comunista Português
PORDATA.....	Base de dados sobre Portugal Contemporâneo (criada pela Fundação Francisco Manuel dos Santos)
PS.....	Partido Socialista
PSD.....	Partido Social Democrata
QSLT.....	Que se lixe a troika, queremos as nossas vidas

Jovens entrevistados (nomes)

ACL.....	André Cid Lauret
ASC.....	Alexandre Sousa Carvalho
AF.....	António Frazão
FD.....	Felipe Damasceno
JC.....	João Camargo
JL.....	João Labrincha
MG.....	Mariana Garcia
PG.....	Paula Gil
PS.....	Pedro Santos
TM.....	Tiago Mendes
VV.....	Vicente Valentim

ANEXOS

A1 ao A4

Figuras (designação das mesmas na página v).....I à V

B1 ao B8

Quadros (designação dos mesmos na página v).....VI à XIII

C1

Letra e música dos *Deolinda* “Parva que sou”.....XIV

C2 – 1 e C2 – 2

Protesto da Geração à Rasca.....XV e XVI

C3

Manifesto da Geração à Rasca.....XVII

C4 – 1 e C4 – 2

Manifesto do Que se lixe a troika.....XVIII e XIX

C5

Guião utilizado para as entrevistas.....XX

C6 – 1 e C6 – 2

Aspetos do guião considerados para a caracterização dos entrevistados.....XXI e XXII

INTRODUÇÃO

1. Objeto de estudo

O presente trabalho propõe-se contribuir para a História dos Movimentos Sociais Contemporâneos em Portugal, particularmente, para o estudo da participação política dos jovens portugueses no contexto austeritário de 2008 a 2012, resultante da crise económico-financeira¹ despoletada nos EUA, destacando-se neste mesmo contexto e no nosso país, os dois grandes movimentos que foram o da Geração à Rasca (MGR) e o Que se lixe a troika, Queremos as nossas vidas (QSLT).

Numa altura de grande instabilidade e apreensão, com elevadas taxas de desemprego e precariedade laboral, são os jovens os que mais sofrem com tudo isto, como podemos observar na figura três e quadro oito dos anexos, respetivamente, A3 e B8,² sendo também os mais jovens a organizá-los: o MGR dia 12 de Março de 2011³ e o QSLT⁴ dia 15 de Setembro de 2012. Foi por isso que as escolhi mas, também, porque foram as primeiras ações organizadas por aqueles dois movimentos e, portanto, essenciais na construção das suas identidades. A primeira, convocada através do Facebook, sem quaisquer apoios partidários nem sindicais⁵, mobilizando milhares de pessoas (200 mil em Lisboa e mais 80 mil no Porto), de forma pacífica, irreverente e criativa, inspirada pela canção “Parva que eu sou”⁶, da banda “Deolinda”, e inspirando ela própria uma série de protestos e movimentos nacionais e internacionais que ficaram conhecidos por “Indignados”, caso do “Democracia Real Já”. A segunda, tal como noticiado no próprio dia pela Antena 1, reuniu 500 mil pessoas em Lisboa e 1 milhão em todo o país, números “esmagadores”, segundo um dos organizadores da mesma⁷.

Se, por um lado, assistimos à redução cada vez mais acentuada da participação eleitoral⁸, ao notório e progressivo declínio da identificação (Dalton e Wattenberg, 2002; Franklin, 2004) e adesão partidária (Van Biezen, Mair e Poguntke, 2012), associados a níveis de confiança cada vez mais baixos (Warren, 1999; Newton e Norris, 2000; Pharr e Putnam, 2000), vemos agora aumentadas novas formas de participação política, como podemos observar no anexo A6 - participação política potencial e manifesta em Portugal em

¹ Ver <http://www.parlamento.pt/documents/iiapcplp/vccplp.pdf> (consultado dia 1. 01. 2018)

² Anexo A3 - desemprego de longa duração entre os jovens portugueses no 3º trimestre de 2011 e 3º trimestre de 2013.); Anexo B8- população desempregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo (INE, 1º trimestre de 2011).

³ <https://www.youtube.com/watch?v=MRfV0pmPmew> (consultado dia 1. 01. 2018)

⁴ https://www.rtp.pt/noticias/politica/que-se-lixo-a-troika-queremos-as-nossas-vidas-superou-expectativas-diz-organizacao_a587404 (consultado dia 21.03.2018)

⁵ Ver <http://academiacidada.org/manifesto/> (consultado dia 1.05.2018)

⁶ Disponível em https://youtu.be/_rgOFS7UZ2I. Ver letra e link para a audição desta canção no anexo C1. (consultado dia 21.03.2018)

⁷ https://www.rtp.pt/noticias/politica/que-se-lixo-a-troika-queremos-as-nossas-vidas-superou-expectativas-diz-organizacao_a587404 (consultado dia 21.03.2018)

⁸ Ver anexo B1- com o índice da abstenção em Portugal de 1975 a 2011.

2008 e em 2012, bem como, o aumento da participação política em Portugal, por modalidade, para os mesmos anos, presente no anexo B4.

Estas ações também se deram nos países mais fustigados pela crise económica, embora as reivindicações geradas pela mesma, tal como refere Tarrow (2011), se tenham manifestado de modo diferente conforme a estrutura de oportunidades políticas de cada um. Baumgarten (2013) considera, a propósito, ser lógico esperar que as motivações de carácter económico se tivessem feito sentir também na participação política não eleitoral deste período - a participação de protesto -, tal como aconteceu noutros países da Europa, posição corroborada por Accornero e Pinto (2015) quando referem que os países do sul da Europa, nos quais se inclui Portugal, foram participantes ativos nos ciclos de protesto devido à deterioração das suas condições económicas resultantes da adoção de medidas de austeridade drásticas.

Neste novo ciclo de protesto destacam-se novos protagonistas: os chamados novos novos movimentos sociais, sobretudo, a seguir à eclosão da crise económica e financeira mundial de 2008 e, particularmente, a partir de 2010, movimentos congruentes com os movimentos sociais em rede e que Castells (2013) considera serem o padrão emergente no século XXI.

Peterson, Wahlsstrom e Wennerhag (2015) chamam no entanto a atenção para o facto de, só a partir de 2000 e mais concretamente desde 2010, com o aparecimento do movimento pela justiça global e com a atual onda de protestos contra a austeridade, estes movimentos sociais terem tomado um rumo decididamente materialista ao contrário das preocupações dos chamados novos movimentos sociais, caso dos movimentos ambientalistas, feministas, de paz, lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros.

Uma característica muitas vezes realçada nesta onda de protestos, como referem Accornero e Pinto (2013), é o papel das redes de jovens caracterizadas pelas suas ligações transnacionais, utilização da Internet como uma ferramenta de mobilização e combinação de exigências materiais e políticas com base na identidade, particularmente o estabelecimento de novas formas de organização, com especial ênfase em modos de liderança e representação horizontais, diretos ou difusos – os chamados “novos novos” movimentos sociais, apesar do regresso da greve política (um instrumento de luta tradicional).

Estes novos novos movimentos sociais, nos quais se destaca a presença de jovens com níveis de educação elevados e inseridos em redes sociais densas, também se distinguem do ciclo de protesto anterior não só porque acompanham as expressões particulares daquela crise mas também porque surgem a nível nacional e local (Della Porta, 2012), conjugando, para além das questões de justiça económica as questões relacionadas com o défice democrático e a exigência de democracia real (Ortiz et al., 2013).

No caso português, foi de facto decisivo o papel dos jovens nestes novos novos movimentos sociais, destacando-se o MGR e o QSLT que, inclusivamente, organizaram, com a ajuda do Facebook, como acima referi. Considero, por isso, que esta minha dissertação, pelo facto de se centrar na participação dos jovens portugueses num período particularmente difícil como este e relativamente recente, pode contribuir, justamente, para o estudo dos movimentos sociais contra a crise económica e a austeridade do período em apreço, como para as novas formas de ativismo, particularmente o ativismo jovem.

Neste contexto também surgem manifestações, ocupações, assembleias populares, assistindo-se aquilo que Accornero e Pinto (2015) chamam de escalada de várias formas de política contestatária, ideia igualmente corroborada por Campos Lima e Martins Artiles, 2014; Della Porta, 2012 e Tarrow, 2011).

Os dados do ESS 2012 vêm precisamente ao encontro desta informação quando referem que a percentagem de pessoas que participaram em pelo menos uma manifestação cresceu significativamente entre 2008 e 2012, e que, no caso de Portugal, esse aumento foi de 3,7 para 6,8%.

2. Questões de pesquisa

Orientei o meu estudo no sentido de procurar saber em que medida a crise e a austeridade que afetou Portugal entre 2008 e 2012 influenciaram a participação política dos mesmos, e ainda, se os novos novos movimentos sociais surgidos, caso do Movimento da Geração à Rasca (MGR) e o Que se Lixe a Troika, queremos as nossas vidas (QSLT), foram uma resposta dos jovens à política austeritária então imposta.

Em democracia, é fundamental a participação dos cidadãos, particularmente dos mais jovens, não só por constituírem o lado mais promissor da renovação da representação em democracia e das suas instituições mas, também, pela esperança que sempre neles depositamos na construção de um mundo melhor.

Por isso, falar de jovens, particularmente nesta perspetiva, é falar da substituição e renovação geracional, mas também da chave que está por detrás das mudanças políticas, uma vez que nos permite ter uma visão de futuro da democracia (Sloam, 2011) e do seu caminhar.

3. Objetivos gerais e hipóteses orientadoras

No âmbito deste trabalho, ainda que os atores coletivos destes protestos não sejam nem exclusiva nem preponderantemente constituídos por jovens, a sua presença nos mesmos foi muito relevante (Simões e Campos, 2016), facto que muito me motivou para a

análise da participação política dos jovens portugueses no contexto da crise e da austeridade (2008 a 2012), propondo-me, por isso, conhecer razões para essa participação. Ao mesmo tempo, averiguar se aqueles dois novos novos movimentos sociais constituíram, para eles, uma nova forma de intervenção política ou de repolitização, e se a eclosão da crise económico-financeira e da austeridade foram fatores explicativos para o aumento do protesto político em Portugal.

Ora, considerando que nem sempre uma conjuntura de crise despoleta ações de protesto ou sequer o seu aumento, tal como salienta a literatura sobre movimentos sociais, formulei as seguintes hipóteses orientadoras:

Hipótese 1 - É expectável que no período considerado tenha aumentado a participação política dos jovens em manifestações de protesto;

Hipótese 2 - A crise económico-financeira e a política de austeridade contribuíram para uma maior participação dos jovens nos *novos novos* movimentos sociais.

4. Estrutura da investigação

Para além da Introdução, na qual referencio, como vimos, o objeto de estudo, as questões de pesquisa, os objetivos gerais e hipóteses orientadoras, a estrutura adotada nesta investigação inclui quatro capítulos, a saber:

- O capítulo I, com a metodologia e a justificação da mesma;
- O capítulo II, o *Estado da Arte*, com o enquadramento teórico, integrando e articulando obras e perspectivas de diferentes autores, sobretudo, os que têm feito investigação recente sobre esta (também recente) temática, subdividindo-o em duas abordagens: II.1 - participação política e democracia (II.1.) e novos novos movimentos sociais (II.2.), não só para o enriquecimento do meu trabalho como, também, para incentivar e reforçar o interesse que tem o estudo dos movimentos sociais em Portugal, particularmente, o ativismo dos jovens.
- O capítulo III, abordando a crise e protesto em Portugal - contexto e atores -, com destaque para o MGR e o QSLT.
- O capítulo IV, com a análise de conteúdo, na qual encontramos a caracterização que fiz dos jovens entrevistados (IV.1.) e a discussão dos resultados obtidos (IV.2.), ao mesmo tempo que averiguo as hipóteses orientadoras colocadas.
- Segue-se a conclusão, remetendo para o final a indicação das fontes consultadas e os anexos.

CAPÍTULO I – METODOLOGIA

Para este trabalho, optei por uma abordagem de natureza qualitativa, recorrendo à entrevista, conforme já referido, neste caso, onze entrevistas semiestruturadas⁹, feitas a jovens, individual e presencialmente, que se enquadrassem nos seguintes critérios de seleção:

- terem participado nos dois grandes movimentos acontecidos em Portugal a 12 de Março de 2011 e a 15 de Setembro de 2012, respetivamente, MGR e QSLT, ou só num deles;
- terem sido os organizadores de, pelo menos, um deles;
- terem, à data dos mesmos, de 18 a 34 anos.

A oportunidade de encontrar e entrevistar estes jovens surgiu através de um anúncio que publiquei na minha página do Facebook e que foi partilhado por essa via, mas, também, através do chamado efeito bola de neve, tendo feito as entrevistas entre o mês de outubro de 2017 e abril de 2018, de acordo com a disponibilidade proposta pelos entrevistados.

A escolha do método recaiu na entrevista, uma vez que permite ao investigador, através de uma série de perguntas-guias relativamente abertas, receber informação do entrevistado para além do que lhe é perguntado, sobretudo em temáticas e protagonistas como estes cuja vivência enriquecerá a análise posterior e a explicação dos objetivos traçados. De qualquer forma, apesar de utilizar procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens não tem, no entanto, um modelo fixo para a análise mas apenas algumas regras de base, dado que a mesma tem que ser permanentemente reinventada tendo em conta os problemas investigados e os seus objetivos (Bardin, 1977).

Atendendo à natureza recente dos movimentos sociais que aqui destaco, a entrevista permite, por isso, um conhecimento mais aprofundado dos factos e contextos nos quais surgiram, uma vez que testemunhados pelos próprios protagonistas-entrevistados que expressaram livremente as suas opiniões face às questões colocadas.

Como referiu Rosa e Arnoldi (2006), cabe depois ao pesquisador dirigir de forma racional e eficaz a recolha da informação, uma vez que a flexibilidade da mesma enriquecerá ainda mais a análise de dados e a sua comparação.

O guião que elaborei para o efeito (ver anexo C5) teve em conta essas questões, com tópicos centrais de discussão, para que o conteúdo se focasse precisamente nas temáticas fundamentais do meu estudo, dando-me a possibilidade de explorar, esclarecer de imediato dúvidas e aprofundar cada vez mais o conhecimento destas matérias (Burns (2000), com a vantagem, que privilégio também foi, de ter o testemunho dos próprios organizadores-atores.

⁹ Ver anexo C5 com o guião da entrevista.

A informação recolhida a partir das questões-base desse guião foi posteriormente agrupada em várias categorias para a indispensável análise de conteúdo, selecionando, para tal, as questões que melhor servissem os objetivos em vista, como se poderá verificar num quadro que elaborei para o efeito e que se encontra no anexo C6-1 e C6-2.

Todas as entrevistas foram feitas individualmente e gravadas em áudio para transcrição habitual, tendo todos os entrevistados autorizado a divulgação do seu nome e dos seus dados pessoais, bem como, toda a informação prestada e gravada para utilização nesta investigação.

Para a operacionalização do conceito de participação política e, particularmente, a análise da participação em estudo neste período austeritário de 2008 a 2012, tive presente os tipos e modalidades de participação política presentes no quadro três (anexo B3), designadamente, as dimensões de protesto político e a modalidade de “participação em manifestação pública” e nas quais se integra a participação política objeto deste estudo.

Recorri igualmente aos dados do Inquérito Nacional de 2008 e do Inquérito Nacional de 2012 - ver anexo B4 - no sentido de analisar a evolução dessa participação nas ações de protesto, i. e., verificar até que ponto esses mesmos valores se relacionavam com o agravamento da crise e da austeridade e com o aparecimento daqueles dois grandes movimentos sociais.

Também no tocante à participação, considerei de todo o interesse analisar os dados das séries de 2002 a 2012 do ESS, para verificar a participação individual nas manifestações de protesto, apesar dos mesmos não fornecerem informação sobre a agenda das manifestações nem indicarem se estas resultaram da iniciativa dos movimentos sociais ou dos sindicatos (exemplo: anexos B5, B6 e B7).

Ao longo do trabalho, procurando uma maior objetividade relativamente a considerações que fiz sobre aspetos ligados ao desemprego e à austeridade e, em geral, à crise económica e financeira e suas consequências em Portugal, recorri oportunamente à análise de dados do EUROSTAT (anexo A4 - “países em risco de pobreza” e “com índice de privação grave” (figuras quatro e cinco), abrangendo os anos de 2005 a 2013, mas também, ao EUROBARÓMETRO (anexo A5 - “confiança nos partidos”), ao INE (Anexo A3 - “desemprego de longa duração entre os jovens” e Anexo B8 - “população desempregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade”, no 1º trimestre de 2011) e à PORDATA (Anexo B1 - “índice da abstenção em Portugal desde 1975 a 2011”).

Nos anexos cuja página se inicia com a letra C, integrei informação que considerei de todo o interesse para um melhor conhecimento do contexto em estudo, por exemplo, a letra (e música) da canção “Que parva sou”, dos Deolinda, e que tanto motivou os jovens organizadores do MGR a fazê-lo, bem como, os manifestos desses dois grandes protestos que aqui abordo.

Por questões que se prendem com a organização da estrutura adotada mas, sobretudo, no sentido de cumprir com o número de páginas exigido, remeti figuras e quadros para a secção dos “Anexos”, referenciando-os no entanto, ao longo do trabalho, oportuna e desejavelmente.

CAPÍTULO II – ESTADO DA ARTE

II.1 - Participação política e democracia

A participação política é o vetor fundamental e nuclear da democracia (Pateman, 1970), sendo a relação da participação política com a democracia um dos temas mais debatidos na atualidade (Della Porta, 2003). Efetivamente, não há democracia sem a participação política dos cidadãos, sem a participação livre dos cidadãos no processo governativo (Teorell, Torcal, Montero, 2007), considerada por isso mesmo um dos pilares da democracia (Lisi, Marchi e Evans, 2013) e um contributo indispensável para a própria democratização da democracia (Giddens, 2002 *apud* Jenkins, Carpentier, 2013).

A participação democrática é de tal modo importante e determinante para o sistema político que Almond e Verba (1963) distinguem os regimes democráticos dos totalitários através da chamada cultura de participação, apesar dos diferentes conceitos de participação que existem, influenciados, naturalmente, pelo contexto a que pertencem Van Deth (2001).

Um estudo recente¹⁰ sobre a qualidade da democracia em Portugal revelava que 78% dos cidadãos inquiridos estava de acordo ou muito de acordo com a ideia segundo a qual “os políticos se preocupam apenas com os seus próprios interesses” e “as decisões políticas no nosso país favorecem sobretudo os grandes interesses económicos”, sendo evidente a desconfiança face aos partidos políticos pela cartelização do Estado e aparecendo os movimentos sociais de protesto acima destes enquanto capazes de dar voz às preocupações populares. Referia, igualmente, que as expectativas em relação ao Estado e à democracia enquanto sistema de redistribuição de bens são muito altas, o que reforça as frustrações face à incapacidade das políticas públicas responderem aos principais problemas identificados nesse mesmo estudo: o desemprego (37%), a pobreza e a exclusão (16%), a dívida do Estado (13%) e o crescimento económico (11%).

Estes dados, claramente complementados pelas conclusões do ESS (de 2002 a 2012), segundo os quais os cidadãos portugueses são dos que menos confiança têm nas instituições políticas e dos que menos se interessam pela política e pelos partidos¹¹, revelam, pois, a necessidade de repensar e redefinir o papel dos partidos políticos e a forma como se relacionam com a sociedade (Lisi, 2015), dado que os mesmos não são capazes de desempenhar as funções de legitimação e de representação porque se afastaram cada vez mais da sociedade civil e penetraram, também cada vez mais, nas estruturas do Estado (Katz e Mair, 1995 e 2009), tornando-se dependentes dos recursos públicos.

¹⁰ Pinto, Magalhães, Sousa e Gubernova, 2012: 29 e 2012-35, citados por Soeiro (2014).

¹¹ Ver Anexo A5 com gráficos sobre a confiança nos partidos e parlamentos nacionais (dados do Eurobarómetro)

Especialistas em democracia, movimentos sociais e globalização, caso de Donatella Della Porta, têm referido precisamente a insatisfação dos cidadãos pela forma como a democracia representativa tem respondido à crise mas, também, pelo facto de considerarem que os partidos políticos não os têm representado.

A crise da representação democrática tem tido, assim, cada vez mais implicações naquilo a que Mair (2013) chama retirada cidadã¹², embora para Eduardo Lourenço (1991) essa crise da representação faça parte do mecanismo democrático, qualquer que ele seja, e que «não são os partidos que são a essência da democracia mas é a democracia que é a essência dos partidos; onde existe a crise de representação é só o natural reflexo desta inversão de perspetivas».

Em democracia, tanto os partidos como o voto são importantes, do mesmo modo que é importante sentirmo-nos representados, pois são os partidos que promovem a integração e mobilização política dos cidadãos, que contribuem para a articulação e agregação dos seus interesses sociais e políticos e que são responsáveis pela informação e formação da opinião pública (Freire et al., 2011).

Os cidadãos necessitam de atores que saibam interpretar os anseios e as preocupações da sociedade e que falem diretamente aos indivíduos, avançando propostas e medidas concretas que possam resolver os principais problemas (Lisi in Freire 2015), já que a contínua erosão da responsividade dos partidos pode levar a uma falta de apoio difuso para o regime democrático (Magalhães, 2014), situação que além de gerar desconfiança da parte dos cidadãos os leva também a novas formas de atuação e de organização, sobretudo por parte dos jovens e através das redes sociais, para a formação de movimentos, manifestações, grupos e associações, à margem dos partidos políticos.

Marina Costa Lobo, num estudo feito precisamente em 2011, sobre a qualidade da democracia em Portugal/a visão dos cidadãos, no qual o padrão de avaliação da responsividade política era marcadamente negativo, concluía que só 1 em cada 3 portugueses se encontrava satisfeito com o funcionamento da sua democracia e apenas 10% considerava que os políticos tinham em conta as opiniões do cidadão comum.

A insatisfação dos cidadãos com os políticos prende-se, muitas vezes, com uma visão irrealista daquilo que os nossos agentes políticos podem na realidade fazer, bem como, do conceito de “Estado Esvaziado” (Jessop, 1990; Rhodes, 1994), conceito que sugere que as funções que o Estado tradicionalmente desempenhava têm sido gradualmente transferidas para outras instituições e níveis. A União Europeia surge, aqui, como um óbvio e bom

¹² Veja-se, a propósito, este gráfico da Fundação Francisco Manuel dos Santos sobre a satisfação com a democracia, e que envolve Portugal, Alemanha, Áustria e Bélgica, de 1985 à atualidade: <http://www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/satisfacao-com-a-democracia/pt-de-at-be/?colors=be-3%7Cat-2%7Cde-1%7Cpt-0> (consultado dia 12. 04. 2018)

exemplo desta crescente transferência de responsabilidades, por exemplo, através da devolução da política monetária ao nível supranacional com a criação do euro.

Efetivamente, a confiança no sistema político em termos globais pode ser vista como uma forma de apoio difuso ao sistema político (Easton, 1965), i. e., atitudes positivas que os cidadãos expressam relativamente ao regime, ao seu desempenho global em termos de princípios e valores se comparado com o apoio específico relacionado com a satisfação e a confiança dos indivíduos relativamente ao desempenho do governo ou até aos líderes dos partidos, do mesmo modo que para Pippa Norris (1999), a desconfiança também não tem de ser vista totalmente como elemento negativo uma vez que quem olha criticamente para a política e para os seus agentes dá mostras de competência e exigência política.

Apesar da transição para os anos 90 se ter traduzido em estabilidade governativa e crescimento económico, o que, desde logo, permitiria concluir que os portugueses estariam satisfeitos com a vida democrática, Portugal é dos países da União Europeia onde o declínio da satisfação com a democracia foi mais acentuado dos anos 80 até hoje (Magalhães, 2014) e onde a abstenção de um modo geral, tem sido crescente nas sucessivas eleições desde 1975¹³ (Freire e Magalhães, 2002), sendo também o único país onde a relação entre a influência da desafeição política é positiva, uma vez que faz aumentar as probabilidades que os que não participam na política não convencional têm de aderir a formas de participação política não convencional (Torcal e Lago, 2006). Integro, nesta, as faixas etárias mais jovens, ligadas a petições e a boicotes (Blanco, 2006), mas, também, a movimentos sociais como os que aqui refiro.

Ora, a crise económica a partir de 2008 veio contribuir para esta situação, na medida em que os governos, tendo sido eleitos à custa de promessas que fizeram ao eleitorado no sentido de ultrapassar a mesma ou de acautelar conquistas e direitos constitucionalmente adquiridos, acabaram por adotar medidas austeritárias consideradas como uma clara submissão dos governos às pressões dos mercados financeiros, com consequências ao nível do emprego, fiscalidade, sistema retributivo, cortes salariais, entre outras.

Do mesmo modo que para Teperoglou, Freire, Andreadis e Viegas (2016), o facto de ter diminuído visivelmente a confiança na classe política não deva ser só relacionado com as medidas de austeridade e com a deterioração das condições económicas das pessoas, uma vez que as crises financeira e económica revelaram também a má gestão de ambos os governos e administrações, também para Castells (2013) a pobreza ou a crise ou o défice de democracia não foram os únicos a provocar revoltas e indignação, mas sim, e

¹³ Ver dados da CNE (acesso a 1. 03. 2018)
<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=23&mes=01&ano=2011&eleicao=pr>
<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=14&mes=01&ano=2001&eleicao=pr>
<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=27&mes=09&ano=2009&eleicao=ar>
<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=05&mes=06&ano=2011&eleicao=ar>

principalmente, os que estavam no poder, poder financeiro, político ou cultural, que juntou aqueles que transformaram o medo em indignação e a indignação em esperança num mundo melhor.

Segundo Tsatsanis (2015), esta crise democrática não começou com a atual crise económica mas certamente tem piorado por causa disso.

II.2 - Os novos novos movimentos sociais

Apesar de Charles Tilly, um dos fundadores da teoria dos movimentos sociais, ter considerado que o primeiro movimento social foi o movimento contra a escravidão no Reino Unido, a influência dos longos anos 60¹⁴ foi amplamente reconhecida por todos os grandes autores desta área, caso de Tilly, McAdam e Tarrow, centrando-se o debate nas décadas de 1960 e de 1970 em torno dos designados novos movimentos sociais, já referenciados na Introdução deste trabalho.

Com efeito, a partir de manifestações pela luta pela igualdade e pelos direitos políticos e sociais nos anos 60, caso da luta das mulheres, da luta dos estudantes e dos trabalhadores no Maio de 68, o conceito de participação alargou-se cada vez mais, contrariando, entre outras, as definições de Verba e Nie (1972), para os quais, por participação política se entendiam as atividades realizadas por cidadãos privados que buscavam, de modo mais ou menos direto, influenciar a seleção dos funcionários governamentais e/ou as ações que eles tomam, ou mesmo por Huntington e Nelson (1976) quando dizem que é uma atividade realizada por cidadãos privados com o objetivo de influenciar a tomada de decisão do governo. São, claramente, conceitos muito espartilhados, uma vez que definem a *influência* como fator decisivo para a participação, colocando o governo como destinatário, por excelência, do ato político (Pasquino, 2010; Teorell, Torcal & Montero, 2007).

Se para Chazel (1985) os movimentos sociais são um empreendimento coletivo de protesto e de contestação que visa impôr mudanças na estrutura social e até política através do recurso frequente mas não necessariamente exclusivo a meios não institucionalizados, para Badia (2001), são uma rede de interações informais entre indivíduos, grupos e organizações, mas habitualmente em conflito com as autoridades políticas e as elites, pretendendo, segundo este autor, introduzir mudanças que se traduzirão na distribuição do poder a favor de interesses coletivos, sendo por isso, também, uma fonte importante de contrapoder.

¹⁴ 1956/1975

Robert Dahl (2000) definiu como característica essencial da democracia a capacidade dos governos para satisfazer, de forma continuada, as preferências dos cidadãos, num cenário de igualdade política e onde as vontades da população e as decisões dos políticos se (inter) relacionassem, devendo assegurar aquilo que Della Porta considera ser as garantias institucionais, entre as quais está a liberdade de constituir organizações e de aderir às mesmas. Neste âmbito, recorro ao papel importante que os movimentos sociais têm tido na democracia, peças incontornáveis em todas as grandes ruturas e revoluções da história dos povos, como refere Estanque (2012).

Por via disso, e porque os novos novos movimentos sociais se caracterizam por uma elevada participação de jovens (Langman, 2013), que desempenham um papel crucial no seu seio (Baumgarten, 2013), vão naturalmente influenciar a forma como os cidadãos percecionam o sistema democrático, trazendo também novos argumentos para o debate em torno das tendências na participação política dos jovens.

Elementos de pressão e de crítica ao funcionamento de governos e sistema democrático representativo, os novos novos movimentos sociais, neste contexto de crise, vão indignar-se, sobretudo, pela incapacidade dos governos nacionais em lidar com essa mesma crise, da qual resultaram soluções e medidas austeritárias que agravaram a relação entre os atores políticos e instituições.

Donatella della Porta (2015), considera que foi com o aparecimento e consolidação do pós-fordismo e do neoliberalismo que a atenção aos movimentos sociais aumentou rapidamente na Sociologia e na Ciência Política, muito particularmente com o aparecimento da crise norte-americana em 2008 e a sua expansão à Europa, acentuando que os movimentos sociais transnacionais assumiram uma vertente global, particularmente a partir de 2010, quando surgem os novos novos movimentos sociais iniciadores de um novo ciclo de protesto, com mobilizações associadas à crise económica e financeira internacional e às políticas de austeridade daí decorrentes. Para esta autora, (2012), inversamente à onda de protestos que havia acontecido uma década atrás expressa no Movimento pela Justiça Global (que se orientou do nível transnacional para o nacional e local) é precisamente a intensificação e a extensão geográfica dos conflitos que sugerem esse novo ciclo de protestos (Tilly e Tarrow, 2007; Della Porta, 2012; Estanque et al., 2013).

Destacam-se nestes movimentos as manifestações públicas como as duas que aqui destaco, pelo seu impacto ao nível da mobilização e pela centralidade do seu discurso anti-austeridade.

Engelhardt (2017) reconhece, no entanto, que os ativistas do MGR e QSLT não se mobilizaram apenas para as grandes manifestações como também apoiaram greves em diferentes setores unindo, desse modo, os movimentos sociais e o movimento operário,

apesar de ainda existirem, segundo esta investigadora, fortes estruturas sindicais que insistem em ser a força principal na luta contra a austeridade.

Segundo um estudo de Ortiz et al. (2013), as manifestações de massas aumentaram em 87 países, entre 2006 e 2013, o mesmo acontecendo com ocupações, reuniões assembleárias, sendo central nos protestos a questão da justiça económica, questão agravada com o défice democrático e a exigência de democracia real. Por isso é que as ações de protesto não são só uma resposta decorrente do contexto económico que as fez surgir mas, também, uma expressão de motivações metapolíticas relacionadas com o funcionamento da democracia e a ausência de resposta do sistema aos problemas económicos e sociais (Della Porta e Diani, 2006; Della Porta, 2012; Castells, 2012), apesar das crises em cada país se revestirem muitas vezes de contextos e características muito próprias, embora moldadas na crise global que as originou, como lembram Della Porta (2012) e Tarrow (2011).

Também os estudos centrados sobre os novos novos movimentos sociais, embora remontando aos anos 90, chamaram a atenção para a justiça social contra as desigualdades crescentes e para a democracia real na ótica da maior participação em contextos deliberativos, ao mesmo tempo que destacavam a dimensão global/internacional dos protestos, mas, também, as suas dinâmicas nacionais e locais e os modos alternativos de organização e ação (flexível e horizontal) (Lima e Artilles, 2014), atuando, igualmente, como catalisadores de novas mobilizações sociais (Della Porta, 2012; Estanque et al., 2013). Recorde-se, neste âmbito, as mobilizações na Islândia em 2009, e, no início de 2011, na Tunísia.

Como já referi, além do uso das redes sociais como elemento potenciador da mobilização, estes movimentos têm, na sua organização, uma forte participação de jovens com níveis de educação elevados (Della Porta e Diani, 2006; Della Porta, 2012; Castells, 2012), incluindo também uma larga participação de outros grupos geracionais.

A ascensão dos protestos ligados aos novos novos movimentos sociais é, contudo, e segundo Lima e Artilles (2014), parte de um processo mais vasto no qual se inclui, igualmente, a escalada dos protestos sindicais, um pouco por todo o mundo, caso das greves sem precedentes nas últimas décadas, como referem esses autores.

Sobre esta matéria, Abby Peterson, Mattias Wahlstrom, Magnus Wennerhag (2015), consideram justamente que, apesar da intensa cobertura dos mass media relativamente às mobilizações inovadoras, como a dos Indignados ou a Occupy, tem havido numerosas manifestações sindicais que não deviam ser desconsideradas nas análises de protestos anti-austeridade na Europa, pois as políticas de austeridade criticadas pelos manifestantes contemporâneos afetaram tanto a classe trabalhadora quanto a classe média em vários países, sendo os protestos dirigidos principalmente ao Estado, como empregador e

provedor de assistência social, em vez de serem enquadrados como um conflito entre trabalhadores e capital.

Como refere André Pereira (2013), a reestruturação das lógicas reivindicativas associadas à massificação do acesso aos meios de comunicação digital, potenciaram a institucionalização desses novos movimentos sociais que, associados ao princípio de articulação entre as novas e velhas militâncias culminaram em alguns dos maiores movimentos sociais, tanto nacionais como transnacionais.

Anne Engelhardt (2017), a propósito, diz que não se pode falar de uma divergência entre os movimentos sociais "antigos" e "novos" em Portugal, uma vez que ativistas de movimentos sociais estão envolvidos em greves e sindicalistas da CGTP estão envolvidos em lutas sobre a habitação¹⁵ (uma das lutas mais atuais).

Considera, igualmente, que não foram só os movimentos sociais que foram relevantes na luta contra a austeridade, mas, também, os sindicatos tradicionais, em especial a CGTP e as redes de movimentos sociais, e que os ativistas do MGR e QSLT não se mobilizaram apenas para as grandes manifestações como também apoiaram greves em diferentes setores, unindo, desse modo, os movimentos sociais e o movimento operário, apesar de ainda existirem, segundo esta investigadora, fortes estruturas sindicais que insistem em ser a força principal na defesa dos trabalhadores, quer competindo por novos ativistas quer por novas formas de luta contra a austeridade.

¹⁵ Os ativistas dos movimentos sociais bem como os sindicalistas do movimento social, estão atualmente a tentar organizar as lutas sobre a questão da habitação, sendo muito provável que, brevemente, esta questão se torne uma das mais importantes para os movimentos sociais em Portugal Engelhardt (2017).

CAPÍTULO III - CRISE E PROTESTO EM PORTUGAL: CONTEXTO E ATORES

Segundo Anne Engelhardt (2017), em contraste com a Espanha, a Irlanda e a Grécia, países que também experimentaram fortes protestos anti-austeridade, Portugal não viu nenhuma recuperação económica durante bastante tempo, afirmando que os protestos anti-austeridade já se tinham desenvolvido antes de “a crise da dívida soberana explodir” (ibid.) Juntamente com a implementação de medidas de austeridade no setor público, diz esta autora, a implementação crescente de contratos de trabalho precários foi um problema significativo em Portugal, particularmente nas camadas jovens recém formadas, o mesmo acontecendo com um funcionalismo igualmente precarizado com “contratos a recibo verde”.

Efetivamente, embora na primeira metade de 2010 já se tivesse assistido a uma concentração de ações de protesto que coincidiu com o impacto em Portugal das ondas de choque da crise económica global (Accornero e Pinto, 2015), por volta do começo do ano o governo minoritário socialista foi forçado a admitir que seriam necessários cortes orçamentais significativos para se conseguir respeitar o limite de défice da zona euro, cortes que se traduziram em medidas vigorosamente contestadas por diversos atores e que levaram a grandes ações de protesto, destacando-se, segundo Accornero e Pinto (2015), uma greve da função pública no princípio de março e a organização de manifestações simultâneas a nível nacional, no princípio de Junho, por iniciativa da CGTP, com destaque para a greve geral de Novembro de 2010.

No dia 12 de março de 2011, e respondendo à mobilização da MGR, tomam as ruas 200.000 a 500.000 participantes naquela que é considerada “a maior demonstração de atores da sociedade civil em Portugal desde a revolução de 1974 “ (Baumgarten, 2013), sem apoio de sindicatos ou partidos.

Agravam-se as condições de vida dos portugueses (ver Anexo A2 – a severidade da austeridade nos países periféricos da Zona Euro) e, passadas semanas, cai o governo PS.

A 17 de maio de 2011, pouco antes das eleições, dando origem a um programa de ajuste económico orientado para a austeridade, assina-se o Memorando de Entendimento¹⁶ com a troika e Portugal recebe 78 mil milhões de euros de empréstimos a crédito, no entanto, as medidas de austeridade continuam a agravar-se, sobretudo em aspetos essenciais na vida dos portugueses, caso dos transportes, gás e água, cortes nos salários, implementando-se tudo isto num período muito curto (Stoleroff 2013), assistindo-se também ao congelamento da progressão nas carreiras da função pública, ao aumento dos impostos (caso do IVA), aumento da idade da reforma, proliferação de formas precárias de trabalho (segundo o INE, há 840.000 pessoas em situação de precariedade no início de 2011), a

¹⁶ Recordo que o memorando da troika, imposto a Portugal, nunca fora discutido e votado na Assembleia da República.

retirada de subsídios, aumento dos contratos a prazo, falência de empresas, elevadas taxas de desemprego, especialmente o desemprego de longa duração nos mais jovens (ver Anexo A3 e B8), bem como, a facilitação dos despedimentos e, conseqüentemente, o aumento da pobreza¹⁷, assistindo-se ao mesmo tempo à escalada dos juros da dívida pública exigidos pelos credores.

A crise financeira, rapidamente transubstanciada em crise das dívidas soberanas em resultado da recapitalização, pelo Estado, do setor financeiro, cujo efeito foi transferir para os cidadãos os custos dessa recuperação (Reis e Rodrigues, 2011) provoca cada vez mais agitação social e laboral.

Accornero e Pinto (2015) referem precisamente que foi na primeira metade de 2010 que se assistiu a uma concentração de ações de protesto que coincidiu com o impacto em Portugal das ondas de choque da crise económica global, vendo-se o governo PS forçado a admitir a necessidade de cortes orçamentais para respeitar o limite de déficit imposto pela zona euro.

Surgem as primeiras ações de protesto¹⁸ desencadeadas pelo congelamento dos salários e de outras medidas deflacionárias, destacando-se a greve da função pública no princípio de março e a organização de manifestações simultâneas no princípio de Junho, em todo o país, organizadas pela CGTP, e ainda, a greve geral de Novembro de 2010 (ver Anexo B2).

Num quadro de crise e medidas de austeridade, e que, segundo aqueles autores, não foram acatadas de forma submissa, intensificam-se os protestos e a frequência das manifestações aumenta: de 244 em 2010 para 298 em 2011, passando para 579 em 2012 (uma em cada 15 horas).

Vejam-se os números¹⁹ das ações de protesto em Portugal e os seus atores: 78 (47,9%) das ações de protesto foram iniciadas por sindicatos e da função pública; 11 ações foram levadas a cabo pela CGTP e UGT; 19 ações foram lideradas por trabalhadores do setor privado, aparecendo em apenas 19 ações (11,7%), como líderes dos protestos, grupos políticos como o MGR o QSLT. No total, 2/3 das ações de protesto (66,3%) tiveram origem no setor laboral ou foram desencadeadas pelos trabalhadores, verificando-se o aumento dessas ações de protesto que culminaram justamente na grande manifestação da Geração à Rasca de 12 de Março de 2012.

A nova onda de protesto vem agora conferir uma maior centralidade às questões do trabalho e do emprego, crucial no desencadear da indignação e constituindo uma poderosa

¹⁷ Segundo o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Portugal passou do 34º lugar de país pobre, em 2007, para 41º lugar em 2013.

¹⁸ Um segundo pico de protesto aconteceu por altura da demissão do governo socialista em consequência da deterioração das condições económicas do país.

¹⁹ In Guya Accornero & Pedro Ramos Pinto (2015).

alavanca na ação coletiva (Estanque *et al.*, 2013), destacando-se jovens com níveis de educação elevados, quer na organização deste novo ciclo de protesto quer na participação das duas grandes manifestações: a MGR, realizada no dia 12 de março de 2011, e à imagem de outras mobilizações de massas desde a primavera de 2011, e ainda, a QSLT, dia 15 de Setembro de 2012, assentando estas ações de protesto em Portugal, como noutros países²⁰, na denúncia do sistema económico, na captura das instituições e agentes políticos pelo poder financeiro e na exigência de mais e verdadeira democracia (Soeiro, 2014).

Apesar da crise se ter generalizado, as consequências mais gravosas foram sentidas pelos cidadãos dos países sujeitos ao resgate financeiro, como foi o caso português, com os mais jovens a serem os mais afetados pela austeridade (Carmo *et al.*, 2014), austeridade essa que sustentou um processo de transferência de rendimentos do trabalho para o capital, provocando retrocesso no campo laboral e limitando a ação sindical (Estanque *et al.*, 2015). Recorde-se que esses movimentos incluíram nas suas agendas questões coincidentes com a agenda sindical em relação aos direitos do trabalho, proteção social e oposição geral à austeridade pois, como refere (Lima e Artiles, 2013; 2014), foram capazes de mobilizar os cidadãos independentemente da sua filiação sindical, sobretudo os jovens, que organizaram manifestações de protesto extraordinárias como as duas que aqui destaco. Aliás, em diversas ocasiões, sindicatos e movimentos sociais uniram-se em amplas manifestações anti-austeridade apesar das suas diferenças (ver Anexo B2).

Estanque (2012) fala, inclusive, de uma nova praxis política que aquelas ações de protesto parecem denunciar, e que, segundo ele, deriva não só dos fatores estruturais e socioeconómicos mais amplos mas, também, dos ambientes das periferias urbanas onde crescem, com a exclusão, delinquência, rebeldia social e dissidência política.

A situação do desemprego juvenil era efetivamente dramática: de 7,6% em 2008 passa para 38,1% em 2013²¹. De acordo com o INE²², o número de jovens na faixa etária abaixo dos 35 anos, no primeiro trimestre de 2011, correspondia à metade dos 619 mil desempregados em Portugal.

Para controlar o crescente endividamento, as medidas de austeridade e as reformas estruturais restringiram o crescimento económico, entrando Portugal, desse modo, num círculo vicioso (Engelhardt, 2017).

²⁰ Entre 2006 e 2013, em 87 países, abrangendo 90% da população mundial, dá-se uma escalada dos protestos sociais neste período, com uma elevada incidência na Europa (Ortiz *et al.*, 2013), mas é sobretudo desde o final de 2010 e início de 2011 que temos vindo a assistir a um novo ciclo internacional de mobilizações, com vários dos protestos que têm eclodido em diversos países a partilharem um conjunto de características que os interligam. – Ver Anexos B5, B6 e B7.

²¹ Fonte: Pordata - Taxa de desemprego: total e por grupo etário disponível em [https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio+\(percentagem\)-553](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio+(percentagem)-553)

²² Ver Anexo B8 com população portuguesa desempregada no 1º trimestre de 2011, por grupo etário, sexo e nível de escolaridade.

Como refere André Pereira (2013)²³, o aumento da austeridade sobre a classe trabalhadora fundou um novo campo de disputa direcionado para as agências de controlo e análise financeira (FMI, BCE, Moody's, Standard and Poor's e Fitch), o que retirou consenso público à classe dominante, deixando por isso de ser líder (enquanto modelo transversalmente aceite e ao qual se reconhece soberania para esse fim), sendo apenas "dominante" com a aplicação de força coerciva; isso significa, precisamente, que as grandes massas rompem com as suas ideologias tradicionais.

Já em 2006, o economista chefe do FMI descrevia Portugal como sendo um país em sérios apuros e com um crescimento anémico de produtividade, situação visível no crescimento económico muito baixo que apresentava, além do grande deficit orçamental com a perspectiva de uma provável perspectiva desinflação competitiva²⁴. Havia, por isso, segundo ele, pouco espaço de manobra para Portugal se adaptar à crise, uma vez que tinha as suas próprias restrições económicas pré-crise e precisava de cumprir os requisitos da UE, especialmente como membro da zona euro que era.

Neste contexto austeritário, os pedidos de ajuda financeira acabaram por agudizar o conflito social, na medida em que a austeridade foi considerada imposta pela troika e instituições não eleitas - Banco Central Europeu/ Comissão Europeia/ Fundo Monetário Internacional, atacando os princípios mais elementares da democracia ao favorecer uma lógica autoritária de exceção (Ferreira, 2011; Reis et al., 2013; Welz et al., 2014).

Para Pedro Magalhães²⁵, aliás, a austeridade já vinha de 2009 para 2011, acentuando-se claramente de 2011 para 2012 e, com ela, o descontentamento e o protesto político. De facto, e recorrendo aos dados do Inquérito Nacional²⁶ de 2008 e de 2012, verifico que esse mesmo protesto foi a forma de participação política que apresentou um maior aumento nestes anos em análise, protestos de variadas modalidades, com destaque para a participação em manifestações legais que, neste período, apresentam uma subida de 12 para 24%, dados reforçados pela consulta ao ESS sobre a percentagem de participantes nas manifestações de protesto no nosso país²⁷ e nessa altura, uma vez que verificamos que esse número também aumenta de 3,7% para 7,4%, situação expectável numa conjuntura destas.

Maria da Paz Campos Lima²⁸, para quem todo este processo foi "um profundo ataque à democracia, provocando não só a erosão das suas bases quanto aos direitos sociais, mas

²⁴ Ver texto de Paulo Pedrosa disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/id/10722.pdf>

²⁵ Ver Anexo A2 com a severidade da austeridade, disponível em <http://www.pedro-magalhaes.org/perplexos/>

²⁶ Ver Anexo B4, do Inquérito Nacional, com a participação política em Portugal, por modalidade, de 2008 a 2012.

²⁷ Ver Anexo B6 com participação em manifestações legais na Europa.

²⁸ Comunicação apresentada no colóquio "A transferência de rendimentos do trabalho para o capital: contexto, dimensões e instrumentos", realizado em 19 de junho de 2014, em Lisboa, no Auditório do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

também a erosão das suas bases no plano político/social no que se refere às relações laborais e à negociação coletiva”, considera que os atores políticos e sociais apostados na agenda neoliberal aproveitaram esta “oportunidade” para intensificar a sua concretização numa lógica de revanchismo sem paralelo contra os valores fundamentais instituídos pela Revolução portuguesa de Abril de 1974 e pela Constituição de 1976 em matéria laboral e social.

Della Porta (2012) e Wolfgang Streeck (2013) convergem para esta linha de pensamento quando falam da subordinação da democracia aos ditames dos poderes financeiros e da posição assumida pelos governantes neste contexto, uma vez que parecem ter atendido mais aos interesses do capital do que aos interesses dos cidadãos dando prioridade à “justiça dos mercados” em detrimento da “justiça social”.

Como já referi anteriormente, não podemos esquecer que as mobilizações sociais não podem ser apenas entendidas como uma expressão do agravamento das condições económicas e sociais mas, também, como insatisfação pelo funcionamento da democracia e ausência de respostas do sistema político aos problemas económicos e sociais (Della Porta e Diani, 2006; Della Porta, 2012; Castells, 2012).

Efetivamente, a perceção da democracia representativa foi evoluindo ao longo do tempo, intensificando-se essa evolução de uma forma significativa entre 2008 e 2012, o que confirma a constatação de que uma rápida deterioração económica, como aquela que aconteceu no período em estudo, tem um impacto ao nível do apoio ao regime (Adinolfi, 2015).

CAPÍTULO IV - ANÁLISE DE CONTEÚDO

IV.1. Caraterização dos jovens entrevistados

Alexandre Sousa Carvalho (ASC)

25 anos. Mestrado em Relações Internacionais (a fazer o doutoramento no ISCTE). Participou nas duas manifestações e foi um dos organizadores da MGR. Trabalhador precário (atualmente, está a fazer uma substituição temporária de um professor na Faculdade de Economia de Coimbra). Filiado e militante ativo do PCP/JCP até 2006, colaborou em campanhas do BE. Votou (e vota) CDU e BE. Ligação a várias organizações cívicas, caso do Movimento 12 de Março, Precários Inflexíveis²⁹, Movimento Ferve, JOC, Movimento Cívico de Cidadãos por Coimbra (autárquicas de 2013) e Academia Cidadã³⁰ (atual Presidente). Já tinha participado em ações de protesto.

André Cid Lauret (ACL)

33 anos. Licenciado em Arquitetura. Participou nas duas manifestações. Na altura, freelancer a “recibos verdes”. Não tem filiação partidária mas considera-se ativo politicamente. Votou no LIVRE e simpatiza com o PAN. Ligações a organizações cívicas: desde 2010/2011 começou a participar em grupos alternativos, como os “Movimentos de Transição”. Foi um dos criadores da Assembleia Popular de Algés (Maio de 2013) que deu origem à atual Fábrica de Alternativas³¹. Já tinha participado em ações de protesto.

António Frazão (AF)

26 anos. Mestrado em Relações Internacionais (vertente Estudos Europeus). Participou na MGR e foi um dos seus organizadores (não participou na QSLT porque estava fora do país). Foi trabalhador precário³² (atualmente, trabalha como *Policy officer* para o Conselho Nacional da Juventude). Sem filiação partidária, embora tenha sempre votado à esquerda, caso do PS. Ligações a organizações cívicas: Fez parte dos órgãos sociais da associação de estudantes (quando estava na universidade). Já tinha participado em ações de protesto.

Felipe Damasceno (FD)

22 anos. Curso Profissional de Programação Informática. Participou na QSLT. Precário (atualmente, a trabalhar na área da Informática). Politicamente ativo, passou a militar no PS

²⁹ <http://www.precarios.net/> (acesso a 1. 05. 2018)

³⁰ <http://academiacidada.org/>(acesso a 1. 05. 2018)

³¹ <http://www.fabricadealternativas.pt/sobre/>

³² Atualmente, trabalha no Conselho Nacional da Juventude (pastas internacionais e da cooperação).

em 2011, partido no qual tem votado. A QSLT foi a sua primeira participação em ações deste tipo.

João Camargo (JC)

28 anos. Mestrado em Produção Animal e Mestrado em Engenharia do Ambiente. Doutoramento em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável. Trabalhava em *part-time* (atualmente, é investigador no ICS - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Participou nas duas manifestações e foi um dos elementos ativos na preparação da QSLT. Part-time. Filiado e militante do BE desde 2011 (atual dirigente). Há muito que participa em ações de protesto. Tem tido ligações a organizações cívicas, caso do Movimento Mayday, Associação de Combate à Precariedade - Precários Inflexíveis³³ e da Climáximo (fundador e dirigente), sócio da ONG ZERO³⁴, Auditoria Cidadã à Dívida Pública e Associação Portuguesa de Economia Política. Publicou os livros *Que Se Lixe a Troika* (2013) e *Manual de Combate às Alterações Climáticas* (2018).

João Labrincha (JL)

27 anos. Licenciado em Relações Internacionais. Desempregado (atualmente, trabalha no GEOTA e é sindicalizado no Sindicato dos Serviços de Comércio e Escritórios). Participou nas duas manifestações e foi o criador do MGR e o seu principal dinamizador. Votou (e vota) BE mas também PAN. Tem estado ligado a organizações cívicas: fez parte de associações de estudantes (desde o 8º ano), é fundador e secretário da Academia Cidadã, membro da Amnistia Internacional, associação de moradores e associado do GEOTA³⁵ - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente. Já tinha participado em ações de protesto.

Mariana Garcia (MG)

30 anos. Mestre em Psicologia. Participou na QSLT. Sem filiação partidária, votou sempre mas muitas vezes em branco, não pretendendo referir em quem votou. Ligações a organizações cívicas: esteve ligada a uma associação cívica do Porto, de defesa e proteção das trabalhadoras do sexo, trabalhando atualmente na Associação NÓS³⁶ (Barreiro). Já tinha participado em ações de protesto (durante a faculdade).

Paula Gil (PG)

³³ <http://www.precarios.net/a-associacao/manifesto/>

³⁴ <http://zero.org/>

³⁵ <http://www.geota.pt/scid/geotawebpage/>

³⁶ <http://nos.org.pt/>

26 anos. Mestrado em Política Internacional (assuntos de segurança, género). Participou nas duas manifestações e foi membro organizador das duas. Na altura, estava a fazer um estágio profissional através do IEFP mas “não tinha direito a férias pagas, subsídio de desemprego nem a *baixa*, em caso de doença” (atualmente, trabalha na CML). Fez parte de associações de estudantes e tem tido intervenção cívica em variadas ocasiões, caso da Marcha Global contra a austeridade da qual foi promotora e organizadora em Outubro de 2011 e Auditoria Cidadã à Dívida Pública. Foi filiada no BE até 2013. Votou sempre. Já tinha participado em ações de protesto.

Pedro Santos (PS)

24 anos. Licenciado em Comunicação Social e Educação Multimédia. Nessa altura, trabalhava como jornalista na revista *Visão*, “a falsos recibos verdes” (atualmente, integra a redação do *Fumaça*³⁷ e é filiado no Sindicato dos Jornalistas). Participou nas duas manifestações, sendo a MGR a sua primeira participação em ações “com este formato”, uma vez que já tinha participado em desfiles do 1º de Maio e 25 de Abril. Sem filiação partidária mas sempre ativo politicamente. Tem votado maioritariamente no BE e PCP. Ligações a organizações cívicas: Para além das associações de estudantes que integrou, o Movimento 12 de Março, a Academia Cidadã e o GEOTA.

Tiago Mendes (TM)

34 anos. 12º ano incompleto. Trabalha desde os 18 anos, sempre precário, com “contratos temporários” a recibos verdes e “longos períodos de desemprego”. Participou nas duas manifestações. Votou sempre, ou no PCP/CDU ou no BE. Participou em campanhas para a associação de estudantes. Nunca se filiou em partidos nem em sindicatos e não pertence a nenhuma organização cívica. Já tinha participado em ações de protesto durante o liceu, contra a PGA³⁸, em 1992, e contra as Provas Globais³⁹, em 1994.

Vicente Valentim (VV)

20 anos. Estudante do 12º ano (atualmente, a fazer o doutoramento em Ciência Política). Participou nas duas manifestações. Sem filiação partidária, embora tenha votado sempre nas eleições (BE e LIVRE) e sem ligações a organizações cívicas. Já tinha participado em ações de protesto.

³⁷ <https://fumaca.pt/sobre/#equipa>

³⁸ <https://www.noticiasmagazine.pt/2017/o-tempo-da-contestacao-estudantil/>

³⁹ https://www.rtp.pt/noticias/pais/quando-a-geracao-rasca-mostrou-o-rabo-ao-ministro_v423992

Nove destes onze jovens tinha, na altura daquelas manifestações, habilitações académicas de nível superior - licenciatura, mestrado e doutoramento, sendo a média de idades de 26,8 anos e, relativamente à sua situação laboral, nove “estavam a recibos verdes”/“falsos recibos verdes”/“contratos temporários a recibos verdes”/“longos períodos de desemprego”, estando um a trabalhar em regime de *part-time* e outro um a estudar.

Todos eles, à data daqueles movimentos, viviam em espaços urbanos e votaram sempre nos atos eleitorais, tendo dez desses jovens referido ligações ao BE, PCP, PS, LIVRE e PAN, sendo dois deles filiados e militantes do BE, um do PCP e um do PS.

Oito dos onze entrevistados também tinha ligações a organizações cívicas, estando algumas delas relacionadas com este contexto, como por exemplo, a Associação de Combate à Precariedade (Precários Inflexíveis), o Movimento Ferve e a Auditoria Cidadã à Dívida Pública, tendo três deles referido que nunca estiveram ligados a organizações deste tipo apesar de já terem tido intervenção cívica.

Em relação à sua participação em manifestações de protesto antes da MGR e da QSLT, só um deles declarou que a QSLT constituira a sua primeira vez em ações deste tipo. Tendo em conta a politização destes atores, que, como vimos, já vinha acontecendo muito antes destas ações de protesto, é neste cenário de crise e protesto que se lhes oferece a arena favorável na qual intensificam e consolidam o seu ativismo, tal como referiram, constituindo a MGR e a QSLT momentos únicos na sua vida precisamente pela escola de ativismo e de cidadania que constituíram.

A conjuntura política económica e social vivida a partir de 2008 vai, portanto, mobilizar as pessoas, os jovens, agora e cada vez mais com maiores riscos, como o da precariedade, análise igualmente corroborada por Castells (2012) quando diz que temos uma juventude fortemente qualificada, inserida em contextos profissionais precarizados e caracterizada por uma elevadíssima taxa de desemprego, detentora dos métodos e conhecimentos necessários para disputar os espaços de poder num contexto diferenciado.

Recordo que no grupo de jovens entrevistados se encontram os quatro organizadores da MGR: Alexandre Sousa Carvalho, António Frazão, João Labrincha e Paula Gil, bem como, um dos organizadores da QSLT, João Camargo.

IV.2. Discussão dos resultados

Neste âmbito, quer em termos de organização quer de divulgação, foi fundamental o papel que tiveram as redes sociais, particularmente o Facebook, situação que nunca tinha existido até então em Portugal (ASC). Também a reação do povo português à canção dos Deolinda, já referida anteriormente, foi de enorme importância para os organizadores da MGR, uma vez que, como refere JL, “quando esse grupo saiu com a canção *Que parva sou*,

vendo o impacto e a adesão espontânea que esta criou nas pessoas, tive a sensação exata de que estas, não só queriam protestar como já estavam, desse modo, a fazê-lo”.⁴⁰

Estas ações de protesto surgem inicialmente impulsionadas pelo tema da precariedade laboral dos jovens licenciados, sem perspetiva de futuro no mercado de trabalho e que, por isso mesmo, se autodesignaram como geração “à rasca”, no entanto, “só faltava alguém dar o primeiro passo pois toda a gente estava a sentir a austeridade e a precariedade, fosse de que idade fosse” (ASC), pois “havia a perceção de que o rumo que o país levava era profundamente errado e de que todas e todos nos tínhamos de manifestar contra ele” (VV).

Com a elevada taxa de desemprego e a precariedade do trabalho, particularmente entre os jovens, como vemos no quadro do Anexo B7, relativamente a Portugal (dados do ESS), bem como, no Anexo A3 (desemprego de longa duração entre os jovens portugueses (INE), a realidade em Portugal era bem severa (vejam-se novamente os gráficos sobre a pobreza e a austeridade, respetivamente, no Anexo A4 e A2).

Neste contexto austeritário aumentam também as manifestações e ações de protesto político, manifestações que, no dizer de AF, mostraram que a sociedade civil estava ativa, atenta, acrescentando este jovem entrevistado que “a austeridade praticada levava a que milhares de jovens fossem para a rua”.

Se olharmos novamente para os dados do ESS 2012⁴¹ – Participação em manifestações legais – com indicação dos desempregados, mas, incluídos nestes, os que procuram ativamente emprego, os trabalhadores precários e os estudantes, observamos que para Portugal e neste ano as percentagens são de, respetivamente, 7,4%, 11,6% e 7%, totalizando 26%.

Como referi anteriormente, a situação de precariedade no trabalho era também a dominante em 9 dos 11 jovens que entrevistei, do mesmo modo que, para 10 deles, a participação em ações de protesto vinha já de anos anteriores a 2011.

Conscientes da importância da intervenção cívica e política, estes jovens nunca deixaram de votar nos atos eleitorais habituais e há muito que participavam em ações de protesto.

“Sempre tive interesse pelas questões cívicas e políticas”, diz AF, para quem ter participado na MGR reforçara nele a consciência que sempre tivera das implicações da cidadania na atividade política.

Como podemos ver no quadro seis (anexo B6), relativamente à participação em manifestações legais na Europa em 2012, segundo a idade e o país,⁴² é dos 16 aos 24 anos

⁴⁰ Ver a letra desta canção no Anexo C1.

⁴¹ Ver Anexo B7.

⁴² Dados do ESS (2012).

e dos 25 ao 34 anos que a percentagem dessas manifestações sobe de 9,3 para 13%, faixas etárias que englobam as idades dos jovens que entrevistei. Além disso, tal como refere Lima e Artiles (2014), esses jovens (16-24 e 25-34 anos) são mais propensos a participar em manifestações do que os menos jovens, o que também é confirmado pelo facto de que os estudantes têm mais probabilidades de participação do que os não estudantes, observação que também está em consonância com a caracterização feita dos meus entrevistados e com os testemunhos recolhidos sobre a sua participação política.

De facto, num contexto particularmente difícil, com desemprego, trabalho precário e austeridade, tal como disse JL “tive necessidade de protestar contra o que estava a acontecer. Percebi que não era só eu que tinha uma situação de precariedade mas toda a gente à minha volta, jovens ou não, a sentirem na pele o decréscimo da democracia, do Estado Social”, percepção que também teve PS quando referiu que “havia um enorme sentimento de injustiça muito ligado às questões laborais, à falta de perspectiva para o futuro - quer para nós quer para os mais novos e até mais velhos do que nós -, daí tanta gente e de faixas etárias diferentes aderir aos protestos”.

Assistia-se à “degradação acentuada das condições básicas de vida, à impunidade dos corruptos e à imoralidade na Justiça, bem como, a um corpo governativo sem cultura e sem escrúpulos e que mais não era do que zelosos funcionários subservientes ao serviço de grande grupos económicos” (ACL), a “uma política de austeridade que atacou os mais fracos, os mais vulneráveis, e que por isso mesmo me revoltou e me levou a protestar” (FD).

Tendo em conta o impacto que estas manifestações tiveram, e também pelo facto de terem sido planeadas e organizadas por jovens, PG refere precisamente que a MGR, que lhe despertara uma enorme vontade de participação política, “veio demonstrar que era possível fazer política e ativismo sem estar dependente de uma estrutura ou utilizando os meios dessa mesma estrutura”, e que a dinamização da sociedade civil que provocou a fez acreditar que não existia conformismo em Portugal.

AF, para quem o desemprego naquele período foi a principal consequência da austeridade, particularmente o desemprego jovem cuja taxa ainda hoje é elevadíssima, disse não ter dúvidas, por isso mesmo, sobre a maior participação política dos jovens naquelas manifestações de protesto. “Foi um período em que os jovens participaram mais e se envolveram mais, caso da organização de manifestações como estas”(TM).

A propósito, o Relatório preparado pelo *Grupo de Ação interdepartamental da OIT sobre os países em crise para a Conferência de Alto Nível “Enfrentar a Crise do Emprego em Portugal: que caminhos para o futuro?”* (Lisboa, 4 de novembro de 2013) refere que Portugal, com a crise de 2008, enfrentou a situação económica e social mais crítica da sua história económica recente, tendo perdido desde então um em cada sete postos de trabalho, verificando-se grande parte desta deterioração depois do início do programa de assistência

financeira em 2011, com um impacto profundo no mercado de trabalho em Portugal e atingindo desproporcionadamente os jovens: a taxa de desemprego entre os jovens (15-24 anos) situou-se nos 37,4% em julho de 2013, sendo superior a 40% entre as mulheres jovens, e mais que duplicou desde 2008. Refira-se que muitos trabalhadores, incluindo parte dos jovens mais talentosos e qualificados, foram empurrados para a emigração”.⁴³

São, claramente, aspetos convergentes com a realidade política e social aqui apresentada, particularmente, a situação dos jovens decorrente da crise e que os levou a participar nestes protestos.

Também os dados do ESS presentes no quadro cinco (anexo B5), reportando-se à participação em manifestações legais na Europa - manifestações de protesto -, entre 2002 e 2012, mostram, relativamente a Portugal e para os anos de 2008 e 2012, um aumento de 3,7% para 7,4%, respetivamente, e que, se analisados em consonância com os do quadro quatro (anexo B4) do Inquérito Nacional para esses anos, quanto à participação política em Portugal por modalidade, permitem verificar, igualmente, que a participação de protesto é, efetivamente, a que apresenta o maior aumento e em todas as modalidades.

Por exemplo, a participação em manifestações públicas legais sobe de 12 para 24% nestes anos.

Sendo uma das razões do protesto o descontentamento, houve, portanto, aumento da participação.

JL disse ter intensificado exponencialmente o seu engajamento político com a participação na MGR e na QSLT, altura em que o ativismo passou a ser a sua vida, o mesmo sucedendo com PG quando refere que a sua participação naquelas manifestações lhe despertara uma enorme vontade de participação política, de transformação e de ativismo. Efetivamente, “o ativismo é muito aquilo que nos toca” (JL) e, no caso dos jovens “a precariedade, o desespero constante de não ter emprego ou de o ter sem o mínimo de perspetivas, a dependência constante da família (dependência económica), o mandar candidaturas e currículos e não receber respostas, ou então, receber respostas, ir à entrevista e proporem-nos coisas completamente surreais” (JL). “A precariedade e o desemprego são também fruto da austeridade”.

“Acho que houve um grande despertar para a injustiça”, disse PS, para quem “as expectativas de vida estavam a ser defraudadas, havendo cada vez mais corrupção, bancos a falir, desemprego, jovens a ter que emigrar, e isto, levou à necessidade de vir para a rua reivindicar, protestar, participar nestas manifestações, como aliás aconteceu comigo” daí

⁴³ O volume do investimento produtivo foi reduzido em mais de 1/3 desde 2008 – tendo-se verificado grande parte deste declínio nos dois últimos anos –, provocando uma erosão nos ganhos de produtividade e prejudicando uma prosperidade futura. Os mais de 56% de desempregados que estão sem trabalho há mais de um ano estão a perder competências e motivação, e terão acrescida dificuldade em participar numa retoma económica futura caso não lhes seja prestado um apoio adequado.

que aquelas manifestações fossem para ele (PS) momentos de politização dos jovens que tomaram consciência da sua ação como atores políticos novos.

Para JC, “a força social e política que politizou muita gente também politizou a sociedade”, referindo que esse “grande processo de politização acabou inclusive por criar as condições para a constituição daquela que é hoje é a solução governativa em Portugal”.

“A precariedade vem em primeiro lugar como fator mobilizador da MGR, embora tenha sido a austeridade que a aprofundou e que mais pessoas trouxe para o desemprego, fazendo com que as mesmas sentissem na pele o caminho que o país estava a tomar”, refere ASC. De qualquer modo, apesar de considerada uma inevitabilidade que os jovens da sua geração tinham que enfrentar quando entravam no mundo do trabalho, a precariedade era também visível, segundo ASC, em gerações mais velhas, referindo que naquela altura, com 25 anos, conheceu muitas pessoas 30 ou 40 anos mais velhas e que viviam sempre entre a precariedade e a estabilidade, uma vez que ao tentarem reentrar no mercado de trabalho se deparavam essencialmente com a mesma situação dos mais jovens: vínculos precários como eles, contratos a termo certo, recibos verdes e salários muito baixos.

Para JC, o modelo da precariedade é um modelo que cabe no projeto da austeridade, uma vez que considera não haver outro modelo de trabalho para o projeto de austeridade que não seja a precarização, o salário mais baixo possível, justamente “porque o combate ao Estado Social é para poder retirar esse salário das mãos mais ou menos espalhadas da população e concentrar esse rendimento na Finança, e que foi, basicamente, o processo de ajustamento”.

Também JL, que considera “inegável o peso gigante que a austeridade teve na MGR”, atribui à precariedade o motor da mesma, considerando, no entanto, que “as duas se relacionam de alguma forma: a austeridade aumenta a precariedade, aliás, a austeridade justifica a precariedade”.

Sobre esta matéria, (JC) considera que em Portugal sempre se articulou muito a questão da precariedade porque ela é central, no sentido em que estava a ser introduzida a uma nova geração como sendo a única possibilidade para entrar no mercado de trabalho, fazendo-se, desse modo, aquilo que ele chamou de “normalização por baixo”, criando uma espécie de tensão entre os mais velhos e os mais novos e explorando-se essa tensão com o objetivo, não de fazer subir os novos mas de fazer descer os mais velhos.

Ora, este alinhamento por baixo, segundo JC, também foi sempre um combate dos *Precários Inflexíveis*⁴⁴ que transportou essa linha política para o combate da austeridade, uma vez que, tal como podemos ler no Manifesto desta associação, a relação indelével entre austeridade e autoritarismo se prende com a natureza intrínseca e universalmente

⁴⁴ Ver o manifesto dos Precários Inflexíveis em <http://www.precarios.net/a-associacao/manifesto/>

reconhecida deste regime como injusto, baseando-se no saque aberto aos rendimentos e bens públicos, sendo a força a única maneira de garantir uma transição para o regime da austeridade, não apenas a força da mensagem mediática e propagandística, mas, sobretudo, a força de um ataque que retira direitos, serviços, salários e dignidade de modo a infligir fragilidade e dependência, abrindo uma guerra aberta entre o Estado e os cidadãos.

Para ele, os protestos contra a austeridade têm três grandes momentos de massas: 1. A MGR, que antecede a entrada da troika mas que já a preconiza, de alguma maneira, apesar de um pouco mais difusa na sua mensagem; 2. A QSLT (15 de Setembro), no período de plena vigência da troika e articulando com o anúncio da TSU de Passos Coelho, da transferência direta de rendimentos dos trabalhadores para os patrões; 3. A manifestação de 2 de Março de 2013, que não conta com o beneplácito da imprensa, como aconteceu na MGR e na de 15 de Setembro, mas que é muito mais orgânica, já tem mais organizações, conta mais de cem subscritores.

É todo um processo que “decorre do processo de degradação política que foi a austeridade e da necessidade de participação perante um novo quadro histórico totalmente diferente, um quadro igualmente de degradação, um quadro de aceitação da redução da qualidade de vida, da aceitação do desmantelamento de direitos, do Estado Social, dos salários” (JC).

A austeridade, segundo Camargo, acaba por se articular em várias componentes, caindo, principalmente, no Estado Social, no salário. Ora, a precariedade é uma forma de atacar ambas, diz-nos, uma vez que desvinculando as pessoas do Estado Social dificulta cada vez mais o acesso à educação, à saúde (apoios na doença, maternidade), aos transportes públicos, levando-o a considerar que “a precariedade e a austeridade são um processo indissociável”, estando a austeridade associada às duas manifestações, embora mais na QSLT onde essa austeridade é bastante clara.

O discurso da MGR, acrescentou JC, é mais focado na questão da precariedade, pois em 2011 ainda estávamos no período anterior à entrada da troika, no entanto, essa precariedade é um aspeto específico da austeridade e “não é um processo que também começa ali, pois já vem de há anos (JC referiu que andava a fazer manifestações do Mayday desde 2007, portanto, sobre a precariedade, e que o tema, nessa altura era já bastante visível). Na QSLT há mais politização e o tema da austeridade está muito mais em cima da mesa, aliás, *Que se lixe a troika* é a maneira simples de dizer *Que se lixe a austeridade*” (JC).

O 12 de Março, “que inaugurou o protesto na Europa” (PS), permitiu, segundo PG, uma politização muito grande dos jovens e mesmo das pessoas que estavam afastadas da Política, “sendo a crise e a austeridade uma ocasião de repolitização dos jovens”, na medida em que “qualquer período de crise facilita muito mais o despoletar dessa politização, bem

como, da participação dos cidadãos, sobretudo quando existe um virar de costas governamental, como houve na altura, e que criou muitas injustiças, angústias, raivas e desilusão política” (idem).

“Foi um abrir de olhos no sentido positivo, uma vez que as pessoas estavam disponíveis para protestar, não porque queriam que lhes dessem coisas mas porque estavam dispostas a lutar pelos seus direitos” (AF). “Em muitos casos como o meu”, diz ACL, “a crise foi como que um despertar de consciência individual e coletiva que ajudou bastante a olhar para os problemas da sociedade de uma forma mais lúcida e consciente, fomentando a criação de laços de amizade, de afeto e de partilha, dando-nos mais força e vontade criativa de participar na construção de um novo paradigma”.

Confirma-se, assim, através deste estudo, a hipótese que formulei e segundo a qual a crise económica e a política de austeridade imposta contribuíram para uma maior participação dos jovens portugueses nos novos movimentos sociais aqui destacados (MGR e QSLT).

Também Viegas, Teixeira e Amador (2015) vêm reforçar esta afirmação quando referem que em Portugal, e antes da crise, tanto a participação convencional como a não convencional exibiam níveis muito baixos, comparáveis apenas aos registados nos países do leste europeu, sugerindo no entanto os seus dados um aumento da participação em ações de protesto precisamente neste período.

No estudo que fiz e para a leitura dos resultados alcançados, há que reconhecer o facto de todos os jovens entrevistados serem jovens qualificados, logo, com maior mobilização cognitiva, maior receptividade aos média e à informação, facto que pode ter interferido na forma como perceberam a política e, conseqüentemente, a sua participação.

Recordo que estes jovens, à data daquelas manifestações, já pertenciam a estruturas cívicas e até políticas, sendo muitos deles membros ativos de partidos, aspeto essencial para a sua politização e para o seu ativismo, agora intensificado com a sua adesão à MGR e à QSLT, tal como referiram nas entrevistas.

Embora sejam os cidadãos com um nível socioeconómico mais elevado os que têm maior potencial de participação, mais informação e maior predisposição para agir politicamente (Almond e Verba, 1989), verifico, com este meu trabalho, que a posição ideológica também foi e é importante, uma vez que, tal como acima referi e pela análise dos testemunhos obtidos, muitos desses jovens eram filiados e até militantes ativos de partidos de esquerda (BE, PCP/CDU e PS) ou, não tendo filiação partidária, admitiram ter votado nesses partidos, com os quais simpatizavam, incluindo neste caso o LIVRE e o PAN.

Só um dos entrevistados não quis referir a sua preferência ideológico-partidária, admitindo, no entanto, ter votado muitas vezes em branco.

CONCLUSÃO

Poucos anos decorreram desde o início da crise e da austeridade no nosso país, no entanto, tendo em conta os resultados deste trabalho, decorrentes do testemunho dos jovens que entrevistei e cuja faixa etária é claramente “jovem” (dos 18 aos 34 anos), sendo alguns deles, organizadores das duas maiores manifestações de protesto acontecidas em Portugal nesse período, concluo que os fatores conjunturais e as implicações que tiveram nas suas vidas foram decisivas para que o recurso a essa participação de protesto tivesse acontecido e até aumentado.

Recordo, neste âmbito, os dados do IN de 2008 e 2012, reforçados com os do ESS para esses mesmos anos, dados oportunamente abordados neste trabalho e que convergem para essa constatação, i. e., a participação de protesto aumenta significativamente com o despoletar da crise, bem como outras (novas) formas de participação que também expressam protesto.

Pelos dados recolhidos, verifico igualmente que os jovens participantes não só se interessavam há muito pela Política e pela intervenção cívica, como, pela formação académica que já tinham, estavam naturalmente mais mobilizados para a adesão a ações de protesto, reforçando-se esse perfil cívico-político com a adesão e participação no MGR e QSLT, mas também pelo facto de serem cidadãos eleitores sempre presentes nos atos eleitorais. Ora, sendo a democracia o espaço da expressão soberana da vontade popular, o espaço onde o povo escolhe tendo em conta os seus interesses coletivos (Soares, 2015), vê agora o mesmo reduzido por um capitalismo gradualmente mais violento e austeritário contra o qual se levantaram estes protestos, daí que o MGR e o QSLT, e tendo em conta os dados recolhidos que analisei, tenham sido uma resposta dos jovens portugueses à política de austeridade então imposta⁴⁵, política essa que influenciou e intensificou a sua participação nos mesmos, reforçando ao mesmo tempo o seu engajamento político.

Embora a precariedade tenha sido referida por muitos como a razão da sua participação no MGR, considerando a austeridade mais óbvia para o protesto QSLT, todos os entrevistados tiveram a perceção do peso da austeridade nas suas vidas e na vida do país, considerando que a precariedade, ela própria, era justificada precisamente pela política austeritária, constituindo as duas um processo indissociável.

Mesmo que isto possa parecer óbvio, nem sempre o óbvio, depois, é sustentado pela investigação, uma vez que é só através dela que se podem averiguar as verdadeiras razões

⁴⁵ Em 2008, três anos antes destas manifestações, num estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa, dirigido por Pedro Magalhães e Jesus Sanz Moral, já se verificava “a predisposição altamente favorável mostrada por toda a população para a introdução de reformas políticas e institucionais que possam aumentar e diversificar os modos de participação política (...) especialmente entre os jovens (...)”.

dos atores. Além disso, não era de facto óbvio que os jovens se tivessem mobilizado assim, pois as possíveis reações podiam ser muitas outras. Não esqueçamos que os movimentos sociais eclodem muitas vezes em momentos de maior bem-estar (por haver uma relação custos-benefícios mais favorável).

Apesar de não ter emergido deste ciclo de protesto um novo partido político como o *Syriza* ou o *Podemos*, o compromisso parlamentar firmado à esquerda, entre o BE, o PCP e o PS, para apoiar o atual governo, pode ser visto como uma consequência igualmente importante e resultante das ações de protesto desencadeadas contra a crise e a política de austeridade então vividas.

Pelas dinâmicas, interações, negociações e alianças que criaram durante o ciclo de protesto, o MGR e o QSLT podem ter contribuído para a constituição daquela que é hoje a solução governativa em Portugal, ideia igualmente corroborada por JC. Efetivamente, nunca mais foram anunciadas medidas de austeridade como as que tinham sido até então, medidas que o TC começou a chumbar só em 2013, i. e., depois daqueles acontecimentos, uma vez que antes aceitara a sua imposição pelo governo com o argumento do seu caráter de excecionalidade (JC). A *geringonça*⁴⁶ é, assim, o único governo não austeritário da Europa.

O MGR e QSLT também intensificaram o engajamento político e reforçaram a politização dos jovens dando visibilidade a uma série de questões que afetavam a vida das pessoas e que de outra forma “não saíam para a rua” (PG).

Foram igualmente marcantes pelo ativismo que abriu, saiu de Lisboa e do Porto e se atomizou em movimentos que agora trabalham em diferentes áreas e chegam cada vez mais a mais gente (JL), constituindo “uma onda gigante de esperança” (PG) que ainda hoje mantém vivos projetos como, por exemplo, a *Academia Cidadã*⁴⁷ (criada uma semana depois do 12 de Março), a *Fábrica de Alternativas*⁴⁸ e o *Climáximo*⁴⁹, embora para ACL falte fazer, no entanto, um mapeamento de todos esses projetos e criar uma rede solidária de experiências.

O contexto austeritário que gerou descontentamento social e político foi, como vimos, elemento mobilizador para a organização daqueles dois grandes movimentos sociais - o MGR e o QSLT -, embora com mais impacto neste último, o que fez com que a austeridade, também por isso, tivesse sido um fator de natureza política.

Do mesmo modo que Britta Baumgarten (2015), para quem os movimentos sociais vão continuar a existir como forma de representação de interesses políticos, porque os problemas democráticos da representação de interesses novos e de interesses

⁴⁶ *Geringonça*, expressão usada para designar a coligação parlamentar que apoia o atual Governo.

⁴⁷ <http://academiacidada.org/>

⁴⁸ <http://www.fabricadealternativas.pt/inicio/>

⁴⁹ <https://climaximo.wordpress.com/>

marginalizados são problemas inerentes à política institucionalizada, também para Graeme Hayes⁵⁰, os movimentos nascidos do combate às políticas de austeridade podem ser remobilizados assim que for preciso, uma vez que as contradições do capitalismo não foram resolvidas, as políticas de austeridade não acabaram com os problemas e a crise ainda cá está embora latente.

De facto, olhando para os números atuais do desemprego, para a pobreza, para os impostos, para a crescente violência doméstica e para a crise na habitação, muitos problemas permanecem sem solução para a classe trabalhadora (Engelhardt, 2017).

⁵⁰Investigador na Universidade de Aston, Reino Unido e especialista em movimentos sociais e desobediência civil, referido pelo PÚBLICO em <https://www.publico.pt/2018/05/13/mundo/noticia/a-decada-em-que-a-democracia-voltou-as-pracas-1829784>

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Accornero, Guya; Pinto, Pedro Ramos (2015), “*Brandos costumes?*” *Protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade, 2010-2013*”, *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 393-421, jul.-dez. 2015 (também disponível em <http://hdl.handle.net/10071/11706>)
DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2015.2.21366>
- Adinolfi, Goffredo (2015), “Qual é a melhor forma de democracia? O caso português à luz do Movimento 5 Estrelas”, em *Crise económica, políticas de austeridade e representação política*, Freire, A., Lisi, M. e Viegas, J. M. (eds), Coleção Parlamento, Lisboa, Assembleia da República.
- Almond, Gabriel, Sidney Verba (1963), *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*, Princeton, Princeton University Press.
- Amador, Inês. (2013), *Protesto político nas democracias da Europa do Sul (Portugal, Espanha e Grécia): Uma análise comparada e longitudinal* (Dissertação de mestrado). ISCTE- IUL. Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/7631>
- Arksey, Hilary e Kinght, Peter (1999), *Interviewing for Social Scientists*, Sage, Londres.
- Bardin, Laurence. *Análise de conteúdo* (1977). Lisboa: Edições 70.
- Baumgarten, Britta. (2013), “*Geração à Rasca and beyond: mobilizations in Portugal after 12 March 2011*”, *Current Sociology*, vol. 61, nº 4.
- Baumgarten, Britta (2015), “O futuro dos movimentos sociais na representação sociopolítica”, em Freire, André (org), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.
- Blanco, I. G. (2006), “Blurring the boundaries: The dismantlement of the institutional and non-institutional politics dichotomy through the media-oriented strategies of new social movements and political parties”. In d. a. *Researching media*, N. Carpentier, P. Pruulmann-Vengerfeldt, K. Nordenstreng, M. Hartmann, P. Vihalemm and B. Cammaerts (pp. 95-104). Tartu University Press.
- Burns, Robert (2000). *Introduction to Research Methods*. Londres: Sage
- Carmo, R. M.; Cantante, F.; Alves, N. A. (2014), *Time projections: Youth and precarious employment*. *Time & Society*, 23(3).
- Castells, Manuel (2013), *Redes de indignação e esperança Movimentos sociais na era da Internet*, 1ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, Manuel (2012), *Networks of outrage and hope: social movements in the internet era*, Cambridge, Polity Press.

- Costa Lobo, Marina *et al* (2015). *Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: Situações e Atitudes dos Jovens Portugueses numa Perspetiva Comparada*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Dahl, Robert (2000), *Democracia*, Temas e Debates, Lisboa.
- Della Porta, Donatella (2012). *Mobilizing against the Crisis, Mobilizing for 'Another Democracy': Comparing Two Global Waves of Protest*. *Interface: A Journal for and about Social Movements*, v. 4, n. 1, 274-277,
- Della Porta, Donatella (2012) “*Cercando la política: protesta e democracia*”, *La Rivista Il Mulino*, 2.
- Della Porta, Donatella (2015), *Social Movements in Times of Crisis*, Cambridge: Polity Press (chap. 4, chap. 5).
- Della Porta, Donatella (2003). “*Entre Liberdade e Direitos: O que é a democracia*”, em Donatella Della Porta, *Introdução à Ciência Política* (pp. 49-73). Lisboa: Editorial Estampa.
- Della Porta, D. and Diani, M. (2006) *Social Movements: An Introduction*. Oxford, UK: Blackwell.
- Easton, David (1965), *A framework for political analysis*, Englewood Cliffs, NY: Prentice Hall.
- Engelhardt, Anne (2017), “Anti-austerity movements and authoritarian statism” in *Portugal, New Research in Global Political Economy*, Working Paper No. 04/2017, Department of Social Sciences, Kassel University, disponível em http://www.uni-kassel.de/fb5/globalisation/ma_gpe
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes Augusto; Soeiro, José (2013), “The New Global Cycle of Protest and the Portuguese Case”, *Journal of Social Science Education*, 12(1), 31-40.
- Estanque, Elísio; Costa, Hermes e Silva, Carvalho (2015), “O futuro do sindicalismo na representação sociopolítica”, em Freire, André (org), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.
- Estanque, Elísio (2012) *Revista do Ens Sup – SNES – nº 43, Jan, Fev. pp 28-37.*
- Fernandes, A. Teixeira (2004), “Democracia, descentralização e cidadania”, em *Democracia, novos desafios e novos horizontes*, Oeiras: Celta editores.
- Ferreira, António Casimiro (2011), “A sociedade de austeridade: Poder, medo e direito do trabalho de exceção”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 95, DOI :[10.4000/rccs.4417](https://doi.org/10.4000/rccs.4417)
- Freire, André; Viegas, José Manuel Leite; Lisi, Marco (2016), *Participação e Representação Políticas na Europa em Crise*, Lisboa, Coleção Parlamento, Lisboa, Assembleia da República.

- Freire, André (organizador), Lisi, Marco e Viegas, José Manuel (eds) (2015), *Crise económica, políticas de austeridade e representação política*, Coleção Parlamento, Lisboa, Assembleia da República.
- Freire, André (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.
- Freire, André (org) (2011), *Eleições e Sistemas Eleitorais no século XX Português: Um Balanço Histórico e Comparativo*, Lisboa, Colibri.
- Freire, A. e Magalhães, Pedro (2002), *A Abstenção Eleitoral em Portugal*. Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais.
- Huntington, S.; Nelson, J. M. (1977), *No easy choice: political participation in developing countries*. Cambridge, Harvard University Press.
- Jessop, B. (1990), *State Theory: Putting the Capitalist State in its Place*. Oxford: Polity Press.
- Katz, Richard, S. e Mair, Peter (1995), “*Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party*”, *Party Politics*, 1.
- LIMA, Maria da Paz Campos e Artilis, Antonio Martin (2014), *Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva à participação individual no protesto social*. Revista Crítica de Ciências Sociais 103. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/5569>; DOI : 10.4000/rccs.5569. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S2174_352014000100007&script=sci_arttext
- Lima, Maria da Paz Campos (2014), “*A transferência de rendimentos do trabalho para o capital: contexto, dimensões e instrumentos*”, comunicação apresentada no colóquio realizado em 19 de junho de 2014, em Lisboa, no Auditório do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo Caixa Geral de Depósito in Observatório sobre Crises e Alternativas, CES, Lisboa. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/cadernos/CadernoObserv_V_jun2015_final.pdf
- Lisi, M., Marchi, R. & Evans, A. M. (2013), “Participação Política e Qualidade da Democracia” in A. C. Pinto, L. Sousa & P. Magalhães, *A Qualidade da Democracia em Portugal A Visão dos Cidadãos*: Lisboa. Publicações do ICS.
- Lisi, Marco (2015) “O futuro dos partidos na representação política”, em Freire, André (org) (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.
- Lobo, Marina Costa, Jalali, Carlos e Silva, Frederico Ferreira (2011), “A qualidade da democracia em Portugal. A visão dos cidadãos”, Pinto, António Costa (org), Sousa, Luís e Magalhães, Pedro, ICS, 2011.
- Lourenço, Eduardo (1991), “Classe Política e Crise de Representação”, *Revista Finisterra, Revista de Reflexão e Crítica*, nº 8, *Democracia ou Partidocracia?* Tipografia Lousanense, Lda.

- Magalhães, Pedro (2014), "The elections of the great recession in Portugal: performance voting under a blurred responsibility for the economy", *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 24:2. DOI: 10.1080/17457289.2013.874352 in <http://dx.doi.org/10.1080/17457289.2013.874352>
- Magalhães, Pedro (2014), "A severidade da austeridade nos países periféricos da zona euro" (gráfico) disponível em <http://www.pedro-magalhaes.org/perplexos/> consultado em Dezembro 2017.
- Mair, Peter (2013), *Ruling the Void. The Hollowing of Western Democracy*, Londres, Verso Editions.
- Mair, Peter (2003), "Os partidos e a democracia", *Análise Social*, XXXVIII:167.
- Newton, K. and Norris, P. (2000), "Confidence in Public Institutions: Faith, Culture, or Performance?" In Susan Pharr and Robert Putnam (eds.), *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?* Princeton: Princeton University Press.
- Norris, Pippa (2000), "Virtuous Circle: Political Communications in Post-industrial Societies", NY: Cambridge University, Capítulo 1, pp3-17, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/36368955/A-Virtuous-Circle-Political-Communications-in-Post-Industrial-Democracies> (acesso Outubro 2017).
- Norris, Pippa (ed.) (1999), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. New York: Oxford University Press.
- Ortiz, Isabel; Burke, Sara; Berrada, Mohamed; Cortés, Hernan (2013), *World Protests 2006-2013*, New York: Friedrich Ebert Foundation. New York: Friedrich Ebert Foundation.
- Pasquino (2010), G. *Curso de Ciência Política*, Lisboa: Princípia, 2010.
- Pateman, Carole (1970), *Participation and Democratic Theory*. London: Cambridge University Press.
- Pedroso, Paulo (2014), "Portugal and the Global Crisis. The impact of austerity on the economy, the social model and the performance of the state", disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/id/10722.pdf>
- Pereira, André (2013), "Movimentos sociais: contextualizações e materializações", *CIES e-Working Paper*, 163/2013, disponível em <http://hdl.handle.net/10071/9848>
- Peterson, Abby, Wahlstrom, Mattias e Wennerhag, Magnus, *Acta Sociologica* 2015, Vol. 58(4) *European Anti-Austerity, Protests – Beyond "old" and "new" social movements?* DOI: 10.1177/0001699315605622 asj.sagepub.com
- Pharr, S. and Putnam, R. (2000), *Disaffected democracies. What's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University Press.
- Pinto, Ramos, Pedro (2013), *Protest and Civil Society in Austerity Portugal. Political Consequences of the Economic Crisis: Voting and Protest in Europe since 2008*, Georgetown University.

- Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Reis, José; Rodrigues, João (eds.) (2011), “*Portugal e a Europa em Crise: para acabar com a economia de austeridade*”, *Le Monde Diplomatique. Edição Portuguesa*, Lisboa.
- Relatório preparado pelo Grupo de Ação interdepartamental da OIT sobre os países em crise para a Conferência de Alto Nível “*Enfrentar a Crise do Emprego em Portugal: que caminhos para o futuro?*”, Lisboa, 4 de novembro de 2013, Disponível em: http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/versaofinal_OIT_Relat_EnfrentarCriseEmprego_20131101.pdf
- Rosa, Maria Virgínia F. P. C. e Arnoldi, Marlene A. G. C. (2006), *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados*. Belo Horizonte, Autêntica Editora.
- Simon Bradford & Fin Cullen (2014) “Youth policy in austerity Europe”, *International Journal of Adolescence and Youth*, 19:sup1, 1-4, DOI:10.1080/02673843.2013.874104.
- Simões e Campos (2016), “Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise”, *comun. mídia consumo, são paulo*, v. 13, n. 38, p. 130-150. Doi 10.18568/1983-7070.1339130-150
- Sloam. J. (2011), *Introduction: Youth, citizenship and politics in parliamentary affairs*. Advance Access publications.
- Soares, Pedro Filipe (2016), “Capitalismo: camisa-de-força da democracia?”, em *Representação e Participação Política na Europa em Crise*, André Freire, Marco Lisi e José Manuel Leite Viegas (orgs.), Lisboa, Coleção Parlamento, 61.
- Soeiro, José. (2014). “From Geração à Rasca to Que se Lixe a Troika: Portugal in “the new international cycle of protest”, *Sociologia*,28. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192014000200004&lng=en&tlng=en.
- Stoleroff, Alan (2013), “Employment relations and unions in public administration in Portugal and Spain: From reform to austerity”, *European Journal of Industrial Relations*, 19(4), 309-323.
- Streeck, Wolfgang (2012), *Markets and peoples: democratic capitalism and european integration*, *New Life Review*, 73, Jn/Fv.
- Streeck, Wolfgang (2013), “Democratic Capitalism and its contradictions” in Wolfgang Streeck e Armin Schäfer (org.), *Politics in the Age of Austerity*. Cambridge: Polity Press.
- Tarrow, S. (1995), “Cycles of Collective Action: Between Moments of Madness and the Repertoire of Contention”, in Mark Traugott (Ed.), *Repertoires and Cycles of Collective Action*, Durham, Duke University Press, pp. 89-116.

- Tarrow S. (2011), *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. New York: Cambridge University Press.
- Tarrow, Sidney (2011), Global, Conventional and Warring Movements and the Suppression of Contention. *Themes in Contentious Politics Research*. *Política & Sociedade*, v. 10, n. 18.
- Teorell, J., Torcal, M. e Montero, R. (2007), "Political Participation: mappin the terrain", in Jan Van Deth, Ramón Montero and Anders Westholm (eds.), *Citizenship and Involvement in European Democracies. A comparative Analysis*. London and New-York: Routledge, 334-357.
- Teperoglou, E., Freire, A. E Viegas, J. M. (2016), "As atitudes das elites e dos eleitores face as políticas de austeridade e o seu impacto na Grécia e em Portugal" in *Representação e participação políticas na Europa em crise*, André Freire, Marco Lisi e José Manuel Leite Viegas (orgs.), Lisboa, Coleção Parlamento, 61.
- Tilly, Charles (1978), *From Mobilization to Revolution*, Ann Arbor, MI, University of Michigan Press
- Tilly, Charles, Tarrow, Sidney (2007), *Contentious Politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Torcal, Mariano and Montero, José Ramón (eds) (2006), *Political disaffection in contemporary democracies. Social capital, institutions, and politics*, London: Routledge.
- Torcal, Mariano (2014), *The decline of political trust in Spain and Portugal: economic performance or political responsiveness?* *American Behavioral Scientist* 58 (12): 1542-1567.
- Torcal, Mariano and Ignacio Lago (2006), "Political participation, information, and accountability: some consequences of political disaffection in new democracies" in Mariano Torcal e José Ramón Montero *Political Disaffection in Contemporary Democracies – Social capital, institutions and politics*, New York: Routledge.
- Tsatsanis, E (2015), "O futuro da governação democrática na era da globalização: o triunfo ideológico de uma forma de governo ultrapassada", em Freire, André (org) *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.
- Van Biezen, I., Mair, P. and Poguntke, T. (2012), "Going, going...gone? The decline of party membership in contemporary Europe". *European Journal of Political Research* 51 (1): 24-56.
- Verba, S. e Nie, N. (1972), *Participation in America*, Nova Iorque, Harper e Row.
- Viegas, José Manuel Leite, Conceição Pequito Teixeira e Inês Amador (2015). "Cidadãos menos participativos ou cidadãos com outro estilo de participação política?" em *Crise Económica, Políticas de Austeridade e representação Política*, André Freire, Marco Lisi, and José Manuel Leite Viegas (eds), Lisboa: Assembleia da República.
- Warren, Mark (ed.) (1999), *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge University Press.

Welz, Christian; Vargas, Oscar; Broughton, Andrea; Van Gyes, Guy; Szekér, Lise; Curtarelli, Maurizio; Fric, Karel; Kerckhofs, Peter; Diemu-Trémolières, Sara (2014), *Impact of the Crisis in Industrial Relations and Working Conditions* Dublin, Eurofound.

Websites consultados

<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2015-06-05-A-desafeicao-esta-la-mas-os-protestos-nao-metem-medo>
<https://ionline.sapo.pt/artigo/448412/geracao-a-rasca-manifestacao-de-12-de-marco-foi-o-ponto-alto?seccao=isAdmin>
<https://www.publico.pt/2018/05/13/mundo/noticia/a-decada-em-que-a-democracia-voltou-as-pracas-1829784>
<https://www.publico.pt/2014/01/05/politica/noticia/uma-geracao-desinteressada-pelapolitica-nacional-1618414>
<https://www.publico.pt/2011/02/26/sociedade/noticia/um-desempregado-um-bolseiro-e-uma-estagiaria-inventaram-o-protesto-da-geracao-a-rasca-1482270>
<https://www.publico.pt/2011/10/15/politica/noticia/stop-troika-e-passos-ladrao-comandaram-a-revolucao-dos-indignados-1516693#/0>
<http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=25&mes=04&ano=1975&eleicao=ar>
<http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=05&mes=06&ano=2011&eleicao=ar>
<http://www.portaldoeleitor.pt/Paginas/HistoricodeResultados.aspx>
<https://geracaoenrascada.wordpress.com/2011/03/04/convite-a-sociedade-civil/>
<http://queselixeatroika15setembro.blogspot.com/>
<http://www.pedro-magalhaes.org/perplexos/>
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218731502D0cMK0hf7Tn22CZ7.pdf>
<http://www.scielo.mec.pt/pdf/tek/n4/v2n4a03.pdf>

Vídeos consultados sobre o MGR e o QSLT (Lisboa e Porto)

<https://youtu.be/MRfV0pmPmew>
<https://youtu.be/cprvaXTg1Bk>
<https://youtu.be/MRfV0pmPmew>
<https://youtu.be/cprvaXTg1Bk>
<https://youtu.be/7IT5ylxs9nQ>
<https://youtu.be/Jh2OyOY0mCA>
<https://youtu.be/HW3HrDOJ7iw>

Organizações cívicas consultadas

<http://academiacidada.org/>
<http://www.precarios.net/a-associacao/manifesto/>
<http://www.fabricadealternativas.pt/inicio/>
<http://www.habita.info/>
<https://stopdespejos.wordpress.com/sobre/>
https://pt-pt.facebook.com/pg/FERVE/about/?ref=page_internal

<http://www.geota.pt/scid/geotawebPage/>
<https://climaximo.wordpress.com/>
<http://www.congressoalternativas.org/>
<http://www.auditoriacidada.info/>

Bases de Dados consultadas

ESS - EUROPEAN SOCIAL SURVEY -, séries de 2002 a 2012, disponível em <https://www.europeansocialsurvey.org/>

PORDATA - Base de Dados Portugal Contemporâneo - Fundação Francisco Manuel dos Santos -, disponível em <https://www.pordata.pt/FFMS>

EUROBARÓMETRO - Pesquisas de opinião públicas realizadas regularmente em nome da Comissão Europeia aos seus Estados-membros -, disponível em <http://www.europarl.europa.eu/at-your-service/pt/be-heard/eurobarometer>

OIT - Organização Internacional do Trabalho -, disponível em https://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/genebra_trab_digno_pt.htm

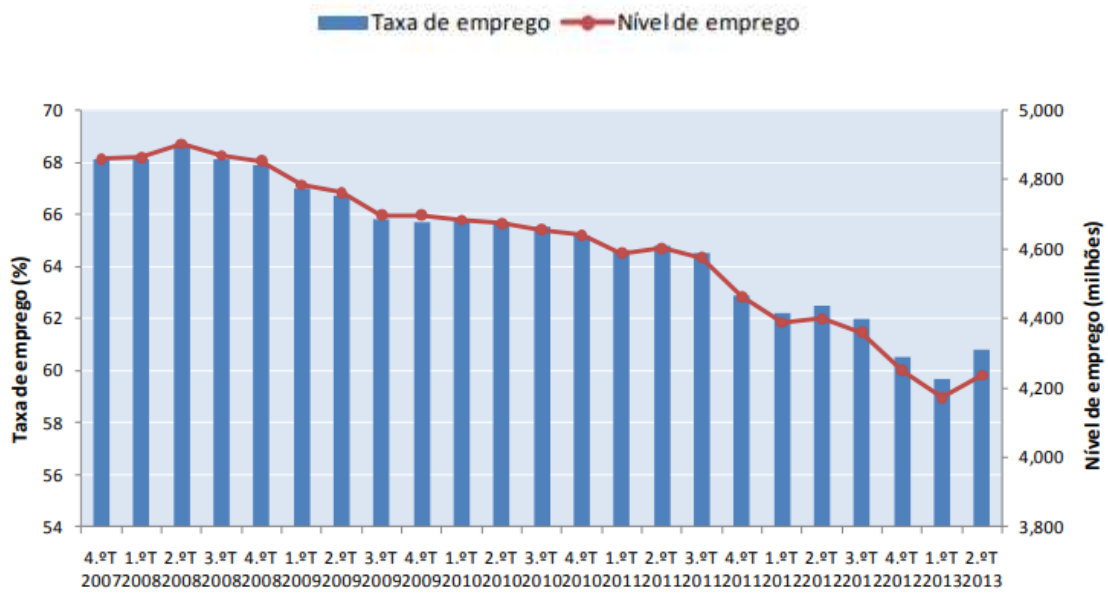
EUROSTAT - European Statistical Office -, disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat>

INQUÉRITO NACIONAL de 2008 e de 2012

ANEXOS

A1

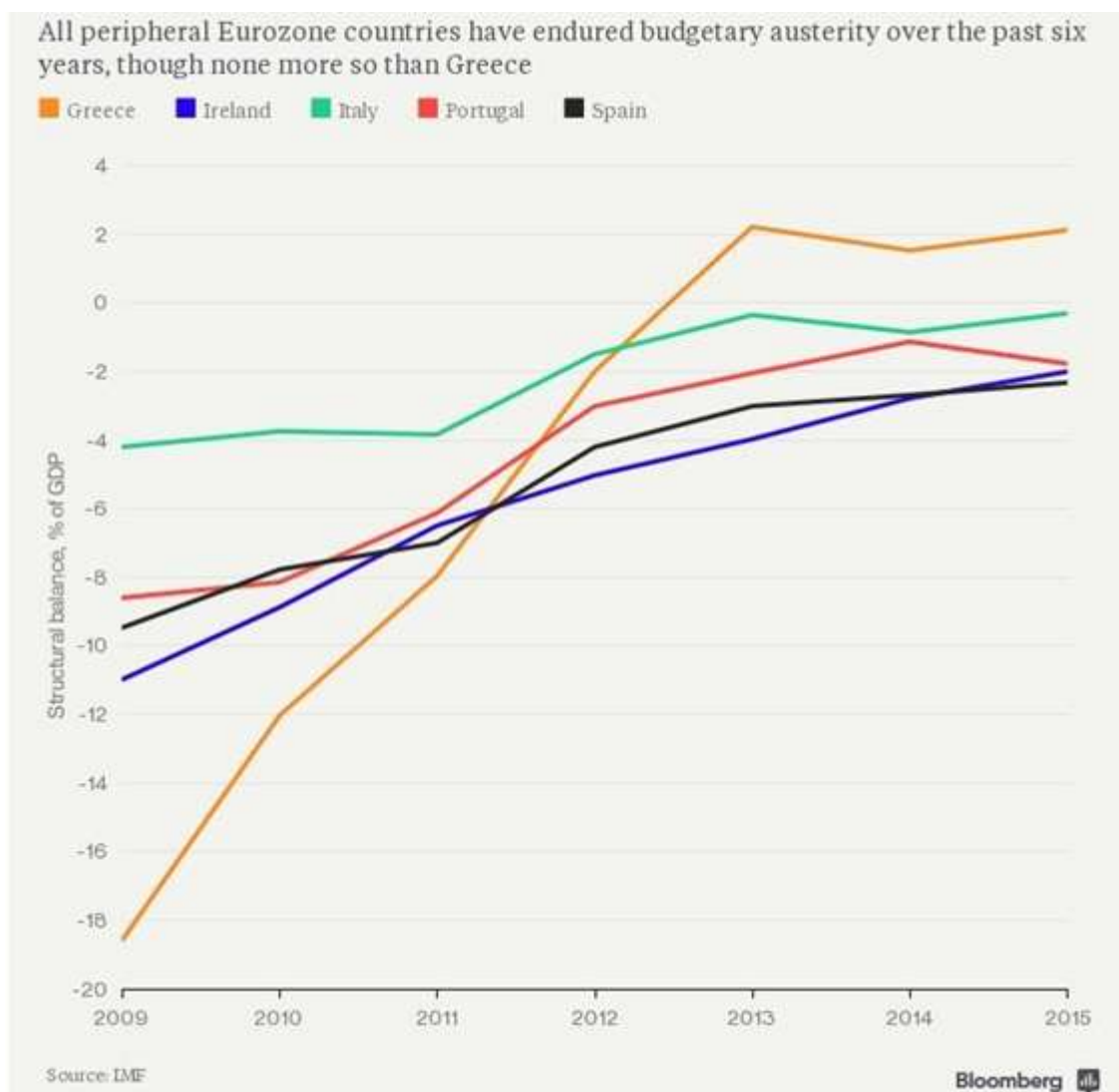
Figura um - Tendência do emprego desde o início da crise
(estimativas da OIT a partir do EUROSTAT)



Nota: O gráfico mostra o número de pessoas empregadas (níveis de emprego) e a proporção de pessoas em idade ativa que têm um emprego (taxas de emprego).

Fonte: Estimativas da OIT a partir do EUROSTAT

Figura dois – A severidade da austeridade nos países periféricos da zona euro
(a partir de 2009)



Fonte: Pedro Magalhães, disponível <http://www.pedro-magalhaes.org/perplexos/>

Figura três - Desemprego de longa duração entre os jovens portugueses
(3º trimestre de 2011 e 3º trimestre de 2012)

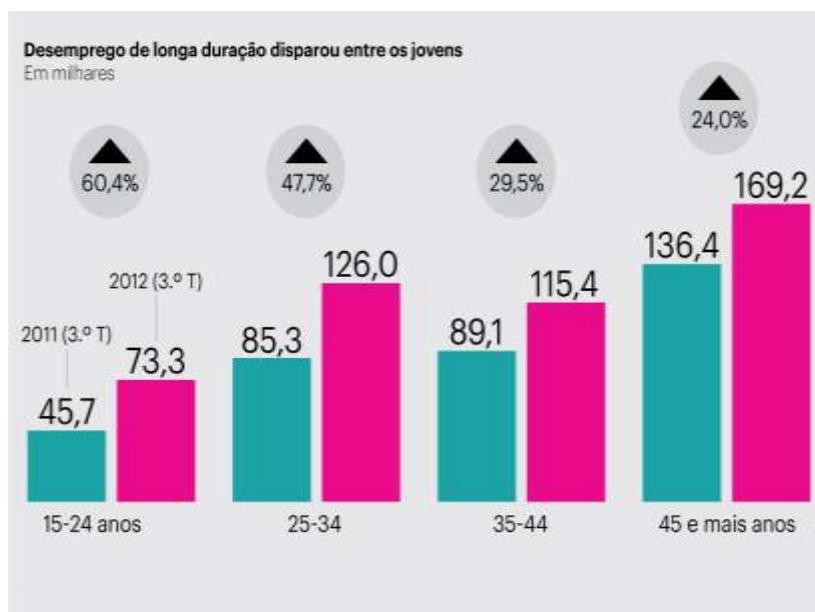


Figura quatro – Países em risco de pobreza

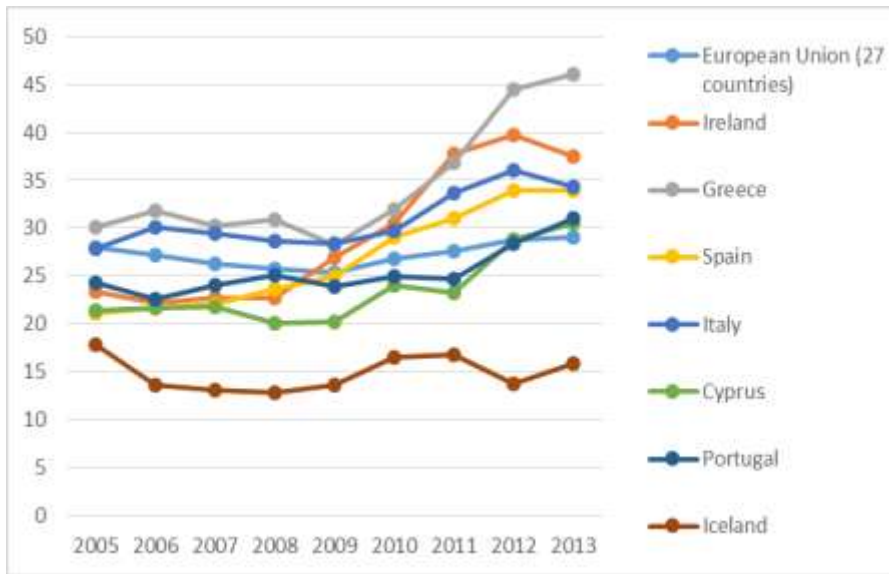
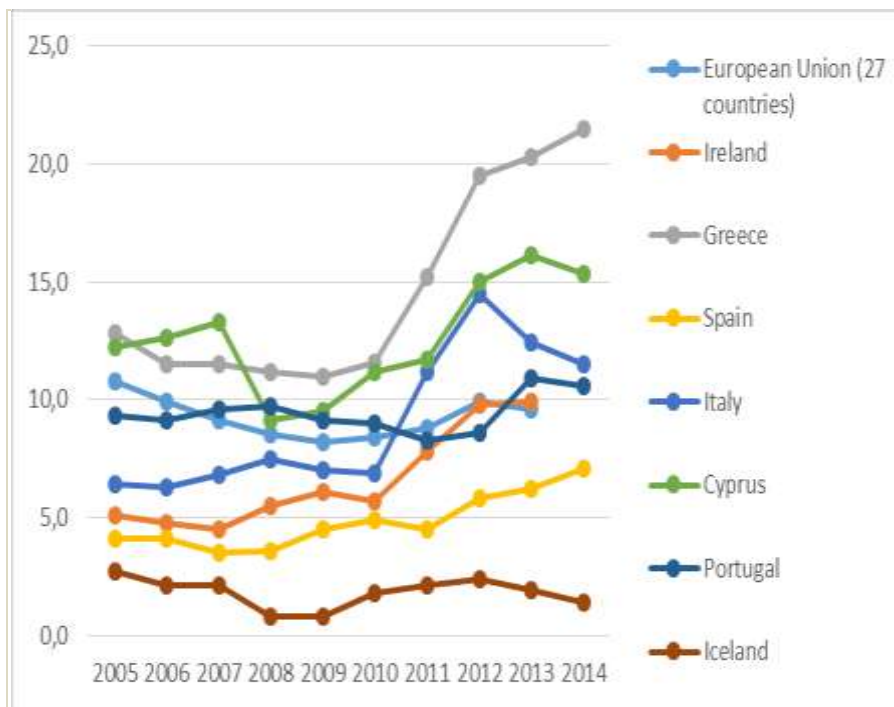


Figura cinco - Índice de privação material grave



Fonte: EUROSTAT

Figura seis - Confiança nos partidos

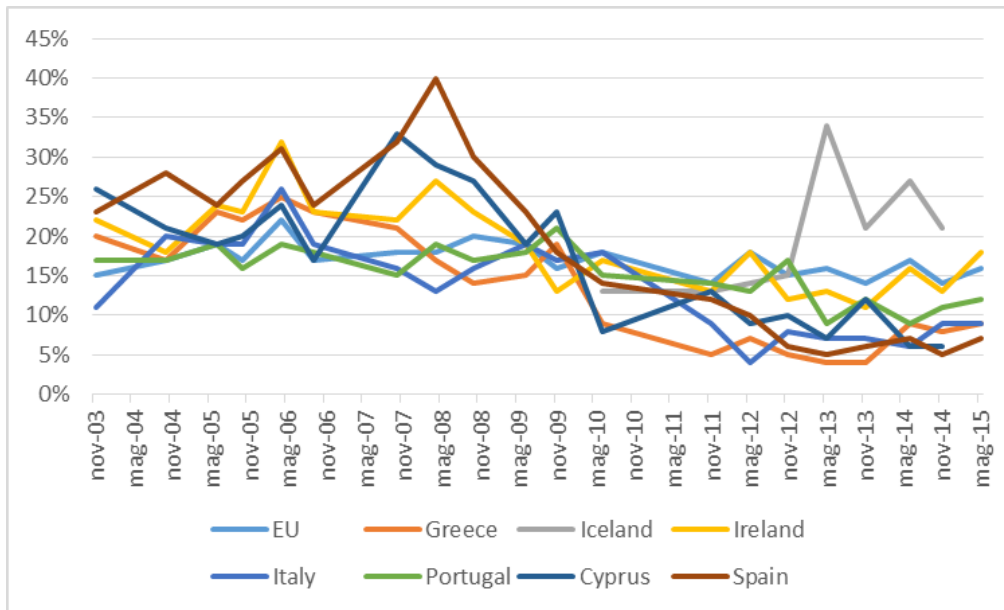
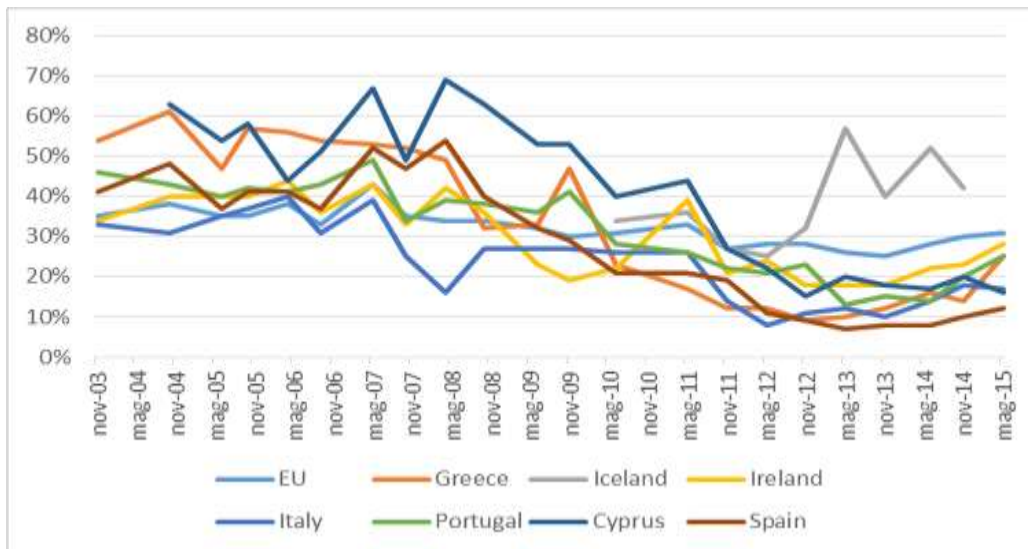


Figura sete - Confiança nos parlamentos nacionais



B1

Quadro um - Índice de abstenção em Portugal (1975 a 2011)

Ano	Total	Residentes em Portugal	Não residentes em Portugal
1975	8,5	8,3	36,8
1980	15,2	14,6	39,5
1983	22,2	21,4	54,6
1985	25,7	24,6	70,0
1987	28,3	27,4	73,5
1991	32,6	31,8	67,4
1995	33,8	32,9	76,2
1999	39,0	38,2	76,5
2002	38,4	37,7	75,6
2005	35,6	35,0	75,3
2009	40,3	39,5	84,7
2011	41,9	41,1	83,1

Fonte: PORDATA

Quadro dois - Manifestações e greves gerais em Portugal entre 2010 e 2013

	Manifestações	Greves Gerais
2010		24 de novembro – CGTP e UGT
	12 de março – Geração à Rasca 1 de outubro – CGTP	
2011	15 de outubro – M12M 24 de novembro – Movimento 15 de outubro	24 de novembro – CGTP e UGT
2012	11 de fevereiro – CGTP 15 de setembro – Que se Lixe a Troika 29 de setembro – CGTP 14 de novembro (protesto europeu) – CGTP e Que se Lixe a Troika	22 de março – CGTP 14 de novembro – CGTP, 14 sindicatos e 4 federações filiadas na UGT (protesto europeu)
2013	2 março – Que se Lixe a Troika, com apoio da CGTP 19 de outubro – CGTP e Que se Lixe a Troika 26 de outubro – Que se Lixe a Troika 1 de novembro – CGTP	27 de junho – CGTP e UGT 8 de novembro – greve do setor público convocada pelos sindicatos filiados em ambas as centrais sindicais

Quadro três – Dimensões e modalidades de Participação Política
(análise comparativa em Portugal, 2008 e 2012)

Dimensões de participação política	Modalidades de participação política
Participação institucional de índole política	Contactar político ou governante Colaborar com um partido político Participar em encontro ou comício político Colar cartazes, distribuir panfletos
Participação política de índole social	Colaborar com associação cívica ou social Contactar ou aparecer na comunicação social Escrever carta para um jornal Colaborar com um movimento cívico em defesa de uma causa comum
Participação de protesto	Assinar petição Participar em manifestação legal Participar em greves legais Participar em greves ilegais Participar em ocupações de edifícios ou fábricas Bloquear estradas ou linhas férreas Causar danos em espaços públicos Participar em boicotes de produtos ou serviços...
Novas formas de participação política	Comprar deliberadamente um produto... Participar num fórum de discussão na internet..

Quadro quatro – Participação política em Portugal, por modalidade

(2008 e 2012)

	Participação Manifesta				Participação Potencial			
	2008 (n= 1350)		2012 (n= 1209)		2008 (n= 1350)		2012 (n= 1209)	
	N	%	N	%	N	%	n	%
Participação institucional de índole política								
Contactar pessoalmente um político ou governante	64	5	112	9	510	39	409	34
Colaborar com um partido político	—	—	96	8	—	—	135	12
Colar cartazes e distribuir folhetos	66	5	79	7	301	23	254	21
Participação institucional de índole social								
Colaborar com associação cívica ou social	—	—	218	19	—	—	332	28
Contactar ou aparecer nos meios de comunicação social	25	2	78	7	437	33	346	29
Escrever uma carta para um jornal	34	3	—	—	482	37	—	—
Colaborar com um movimento cívico em nome de uma causa comum	38	3	55	5	391	30	407	35
Protesto Político								
Assinar uma petição ou abaixo-assinado	277	21	385	32	495	37	431	36
Participar em manifestações legais	158	12	282	24	501	38	487	41
Participar em greves legais	151	11	296	25	474	36	411	34
Participar em greves não legais	15	1	—	—	243	18	—	—
Ocupar edifícios ou fábricas	8	1	32	3	206	16	147	12
Bloquear estradas ou linhas férreas	12	1	20	2	240	18	135	11
Causar danos em espaços públicos	—	—	3	0	—	—	41	3
Participar em boicotes	68	5	—	—	452	34	—	—
Novas formas de participação política								
Comprar deliberadamente um produto por razões políticas, éticas...	82	6	160	14	477	37	365	31
Participar num fórum ou num grupo de discussão política na Internet	28	2	60	5	321	24	278	23

B5

Quadro cinco - Participação em manifestações legais na Europa (%)
manifestações de protesto

	2002	2008	2010	2012
Bélgica	8,4	7,4	6,4	5,2
Bulgária	–	–	2,6	5,5
República Checa	4,3	4,5	4,6	6,7
Alemanha	11,4	–	8,3	9,1
Dinamarca	8,3	9,3	7,7	4,3
Espanha	16,1	15,9	18,2	25,9
França	16,9	15,3	17,1	–
Finlândia	2,0	2,5	1,4	1,5
Grécia	4,3	6,1	10,3	–
Reino Unido	4,4	3,8	2,4	3,5
Irlanda	6,9	–	6,5	10,5
Holanda	2,8	3,3	2,5	3,0
Noruega	9,0	7,2	9,6	9,8
Polónia	1,4	1,5	2,1	2,4
Portugal	4,2	3,7	3,0	7,4
Suécia	6,4	6,4	4,9	7,3
N	42 104	34 311	34 622	39 081

Fonte: ESS (2002 a 2012)

Quadro elaborado por Lima e Artiles (2014)

Quadro seis - Participação em manifestações legais na Europa em 2012 segundo a idade e o país (%)

	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 49 anos	50 a 64 anos	Mais de 65 anos	Média
Bélgica	6,0	7,3	5,7	5,1	2,4	5,2
Bulgária	8,1	7,3	7,6	5,3	3,1	5,5
República Checa	7,8	6,5	8,0	6,3	4,8	6,6
Alemanha	15,7	11,1	8,8	7,7	6,6	9,3
Dinamarca	7,8	5,2	3,9	4,3	2,4	4,4
Espanha	36,3	32,9	26,9	28,3	9,4	25,8
Finlândia	4,3	3,3	1,1	0,7	0,6	1,5
Reino Unido	3,3	5,2	4,1	4,4	1,6	3,5
Irlanda	14,5	11,3	9,8	10,5	7,5	10,3
Holanda	7,1	3,9	1,9	4,5	0,9	3,0
Noruega	11,3	11,1	10,5	10,8	5,0	9,9
Polónia	5,1	2,4	1,3	2,0	2,2	2,4
Portugal	9,3	13,0	8,8	8,0	2,9	7,4
Suécia	7,7	8,6	5,50	9,9	5,7	7,4
Participação média no grupo etário	10,3	9,2	7,4	7,7	3,9	3,6
N	42 822					

Fonte: ESS 2012

Quadro elaborado por Lima e Artiles (2014)

Quadro sete – Participação em manifestações legais

	Setor Público		Privado	Desempregados		Outros			
	Funcion. Públicos (administração)	Saúde e Educação	Setor privado	Procuram ativamente emprego	Não procuram emprego	Trabalhadores precários	Estudantes	Reformados	Médias
Bélgica	7,7	7,8	4,3	5,3	5,3	6,6	5,3	6,0	5,2
Bulgária	5,1	3,8	6,5	5,7	5,7	5,9	5,3	6,8	5,5
República Checa	8,9	9,3	6,4	6,5	6,7	4,5	6,9	7,5	6,7
Alemanha	10,3	11,3	8,2	9,0	9,1	11,1	8,2	10,2	9,1
Dinamarca	4,4	6,9	3,9	4,0	4,3	8,1	3,6	4,2	4,3
Espanha	42,0	50,9	19,9	25,7	25,7	31,1	23,4	29,1	25,9
Finlândia	3,4	1,6	1,6	1,6	1,4	3,7	1,2	1,9	1,5
Reino Unido	5,1	6,3	2,9	3,6	3,6	3,3	3,5	4,5	3,5
Irlanda	5,3	12,3	9,7	10,9	10,4	12,9	9,8	11,4	10,5
Holanda	3,5	5,6	1,7	2,9	2,9	4,9	2,5	3,7	3,0
Noruega	14,0	11,3	8,0	9,6	9,6	12,3	9,4	10,9	9,8
Polónia	2,8	2,3	2,4	2,5	2,5	3,8	2,0	2,7	2,4
Portugal	11,4	9,4	7,8	7,4	7,4	11,6	7,0	8,8	7,4
Suécia	9,8	11,0	6,6	7,3	7,3	7,3	7,2	7,7	7,3
Média	8,0	9,1	5,2	6,8	6,9	9,1	6,4	8,0	7,0
V Cramer ¹	.042			.015	.006	.036	.060	.076	
N	39 081								

¹O V de Cramer descreve a intensidade da associação entre duas variáveis na amostra. O seu valor varia de 0, refletindo completa independência, a 1, mostrando completa dependência das variáveis.

Fonte: ESS 2012

Quadro elaborado por Lima e Artiles (2014)

Quadro oito - População desempregada por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo (1º trimestre de 2011)

	Valor trimestral	Estrutura
	1ºT-2011	
	Milhares de indivíduos	%
População desempregada	688,9	100,0
Homens	354,1	51,4
Mulheres	334,8	48,6
Dos 15 aos 24 anos	123,9	18,0
Dos 25 aos 34 anos	196,1	28,5
Dos 35 aos 44 anos	160,4	23,3
Com 45 e mais anos	208,4	30,3
Até ao Básico - 3º ciclo	464,4	67,4
Secundário e pós-secundário	140,0	20,3
Superior	84,5	12,3
À procura de primeiro emprego	72,6	10,5
À procura de novo emprego	616,3	89,5
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (a) (b)	13,2	1,9
Indústria, construção, energia e água (a) (b)	220,0	31,9
Serviços (a) (b)	355,3	51,6
Desempregados por duração da procura		
Até 11 meses	323,6	47,0
12 e mais meses (longa duração)	365,2	53,0
Taxa de desemprego (%)	12,4	
Homens	12,0	
Mulheres	12,8	
Jovens (15-24 anos)	27,8	
Taxa de desemprego de longa duração (%)	6,6	
População inactiva	5 086,1	
População inactiva (15 e mais anos)	3 475,2	100,0
Homens	1 377,4	39,6
Mulheres	2 097,9	60,4
Dos 15 aos 24 anos	706,9	20,3
Dos 25 aos 34 anos	148,5	4,3
Dos 35 aos 44 anos	143,6	4,1
Dos 45 aos 64 anos	827,0	23,8
Com 65 e mais anos	1 649,2	47,5
Estudantes	811,4	23,3
Domésticos	440,6	12,7
Reformados	1 576,0	45,3
Outros inactivos	647,2	18,6
Taxa de inactividade (15 e mais anos)	38,5	
Homens	31,9	
Mulheres	44,6	

Fonte: INE/estatísticas do emprego no primeiro trimestre de 2011.

Letra e música da canção dos *DEOLINDA* *

“Parva que sou”

Sou da geração sem remuneração
e não me incomoda esta condição.
Que parva que eu sou!
Porque isto está mal e vai continuar,
já é uma sorte eu poder estagiar.
Que parva que eu sou!
E fico a pensar,
que mundo tão parvo
onde para ser escravo é preciso estudar.

Sou da geração ‘casinha dos pais’,
se já tenho tudo, pra quê querer mais?
Que parva que eu sou
Filhos, maridos, estou sempre a adiar
e ainda me falta o carro pagar
Que parva que eu sou!
E fico a pensar,
que mundo tão parvo
onde para ser escravo é preciso estudar.

Sou da geração ‘vou queixar-me pra quê?’
Há alguém bem pior do que eu na TV.
Que parva que eu sou!
Sou da geração ‘eu já não posso mais!’
que esta situação dura há tempo demais
E parva não sou!
E fico a pensar,
que mundo tão parvo
onde para ser escravo é preciso estudar.

*Música e letra de Pedro da Silva Martins

Disponível em <https://youtu.be/kGS7vAliljI>

Protesto da *Geração À Rasca*

Carta aberta à Sociedade Civil

Carta aberta a todos os Cidadãos, Associações, Movimentos Cívicos, Partidos, Organizações Não-Governamentais, Sindicatos, Grupos Artísticos, Recreativos e outras Colectividades:

Protesto da *Geração À Rasca*

12 de Março às 15 horas

Avenida da Liberdade – Lisboa e Praça da Batalha – Porto

Exmos. Srs.,

O «Protesto da *Geração À Rasca*» surgiu de forma espontânea, no Facebook, fruto da insatisfação de um grupo de jovens que sentiram ser preciso fazer algo de modo a alertar para a deterioração das condições de trabalho e da educação em Portugal.

Este é um protesto apartidário, laico e pacífico, que pretende reforçar a democracia participativa no país, e em consonância com o espírito do Artigo 23º da Carta Universal dos Direitos Humanos:

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego.
2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.
3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social.

(...)

Por isso, protestamos:

- Pelo direito ao emprego.
- Pelo direito à educação.
- Pela melhoria das condições de trabalho e o fim da precariedade.
- Pelo reconhecimento das qualificações, competências e experiência, espelhado em salários e contratos dignos.

Porque não queremos ser todos obrigados a emigrar, arrastando o país para uma maior crise económica e social.

(continua na página seguinte)

C2-2 (continuação)

Segundo o INE, o desemprego na faixa etária abaixo dos 35 anos corresponde hoje à metade dos 619 mil desempregados em Portugal. A este número podemos juntar os milhares em situação de precariedade: “quinhentoseuristas” e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, estagiários, bolsiros e trabalhadores-estudantes.

No que concerne à educação, o acentuar das desigualdades no acesso ao ensino limita as oportunidades individuais. Milhares de pessoas são impedidas de ingressar ou obrigadas a abandonar os seus estudos. Outras ainda vivem situações de indignidade humana para conseguirem prosseguir os seus percursos académicos.

Não negligenciamos os problemas estruturais, domésticos e internacionais, que afectam a vida de muita gente na procura e obtenção de emprego. Queremos alertar para a urgência de repensar estratégias nacionais e não nos resignamos com os argumentos de inevitabilidade desta situação. É com sentido de responsabilidade que afirmamos que, sendo nós a geração mais qualificada de sempre, queremos ser parte da solução.

No dia 12 de Março, pelas 15 horas, convidamo-lo a estar presente na Avenida da Liberdade em Lisboa ou na Praça da Batalha no Porto, no Protesto da Geração à Rasca cujo manifesto abaixo citamos.

João Labrincha

Paula Gil

Alexandre de Sousa Carvalho

António Frazão

Disponível em <https://geracaoenrascada.wordpress.com/2011/03/04/convite-a-sociedade-civil/>

Manifesto da Geração À Rasca

Nós, desempregados, “quinhentoseuristas” e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal.

Nós, que até agora compactuámos com esta condição, estamos aqui, hoje, para dar o nosso contributo no sentido de desencadear uma mudança qualitativa do país. Estamos aqui, hoje, porque não podemos continuar a aceitar a situação precária para a qual fomos arrastados. Estamos aqui, hoje, porque nos esforçamos diariamente para merecer um futuro digno, com estabilidade e segurança em todas as áreas da nossa vida.

Protestamos para que todos os responsáveis pela nossa actual situação de incerteza – políticos, empregadores e nós mesmos – actuem em conjunto para uma alteração rápida desta realidade, que se tornou insustentável.

Caso contrário:

a) Defrauda-se o presente, por não termos a oportunidade de concretizar o nosso potencial, bloqueando a melhoria das condições económicas e sociais do país. Desperdiçam-se as aspirações de toda uma geração, que não pode prosperar.

b) Insulta-se o passado, porque as gerações anteriores trabalharam pelo nosso acesso à educação, pela nossa segurança, pelos nossos direitos laborais e pela nossa liberdade. Desperdiçam-se décadas de esforço, investimento e dedicação.

c) Hipoteca-se o futuro, que se vislumbra sem educação de qualidade para todos e sem reformas justas para aqueles que trabalham toda a vida. Desperdiçam-se os recursos e competências que poderiam levar o país ao sucesso económico.

Somos a geração com o maior nível de formação na história do país. Por isso, não nos deixamos abater pelo cansaço, nem pela frustração, nem pela falta de perspectivas. Acreditamos que temos os recursos e as ferramentas para dar um futuro melhor a nós mesmos e a Portugal.

Não protestamos contra as outras gerações. Apenas não estamos, nem queremos estar à espera que os problemas se resolvam. Protestamos por uma solução e queremos ser parte dela.

Disponível em <https://geracaoenrascada.wordpress.com/2011/03/04/convite-a-sociedade-civil/>

Ver, também, <https://youtu.be/7IT5yIxs9nQ>, vídeo com a apresentação do M12M - Movimento 12 de Março.

Manifesto “Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!”

É preciso fazer qualquer coisa de extraordinário. É preciso tomar as ruas e as praças das cidades e os nossos campos. Juntar as vozes, as mãos. Este silêncio mata-nos. O ruído do sistema mediático dominante ecoa no silêncio, reproduz o silêncio, tece redes de mentiras que nos adormecem e aniquilam o desejo. É preciso fazer qualquer coisa contra a submissão e a resignação, contra o afunilamento das ideias, contra a morte da vontade colectiva. É preciso convocar de novo as vozes, os braços e as pernas de todas e todos os que sabem que nas ruas se decide o presente e o futuro. É preciso vencer o medo que habilmente foi disseminado e, de uma vez por todas, perceber que já quase nada temos a perder e que o dia chegará de já tudo termos perdido porque nos calámos e, sós, desistimos.

O saque (empréstimo, ajuda, resgate, nomes que lhe vão dando consoante a mentira que nos querem contar) chegou e com ele a aplicação de medidas políticas devastadoras que implicam o aumento exponencial do desemprego, da precariedade, da pobreza e das desigualdades sociais, a venda da maioria dos activos do Estado, os cortes compulsivos na segurança social, na educação, na saúde (que se pretende privatizar acabando com o SNS), na cultura e em todos os serviços públicos que servem as populações, para que todo o dinheiro seja canalizado para pagar e enriquecer quem especula sobre as dívidas soberanas. Depois de mais um ano de austeridade sob intervenção externa, as nossas perspectivas, as perspectivas da maioria das pessoas que vivem em Portugal, são cada vez piores.

A austeridade que nos impõem e que nos destrói a dignidade e a vida não funciona e destrói a democracia. Quem se resigna a governar sob o memorando da troika entrega os instrumentos fundamentais para a gestão do país nas mãos dos especuladores e dos tecnocratas, aplicando um modelo económico que se baseia na lei da selva, do mais forte, desprezando os nossos interesses enquanto sociedade, as nossas condições de vida, a nossa dignidade.

Grécia, Espanha, Itália, Irlanda, Portugal, países reféns da Troika e da especulação financeira, perdem a soberania e empobrecem, assim como todos os países a quem se impõe este regime de austeridade.

Contra a inevitabilidade desta morte imposta e anunciada é preciso fazer qualquer coisa de extraordinário. É necessário construir alternativas, passo a passo, que partam da mobilização das populações destes países e que cidadãos e cidadãs gregos, espanhóis, italianos, irlandeses, portugueses e todas as pessoas se juntem, concertando acções, lutando pelas suas vidas e unindo as suas vozes.

Se nos querem vergar e forçar a aceitar o desemprego, a precariedade e a desigualdade como modo de vida, responderemos com a força da democracia, da liberdade, da mobilização e da luta. Queremos tomar nas nossas mãos as decisões do presente para construir um futuro.

Este é um apelo de um grupo de cidadãos e cidadãs de várias áreas de intervenção e quadrantes políticos. Dirigimo-nos a todas as pessoas, colectivos, movimentos, associações, organizações não-governamentais, sindicatos, organizações políticas e partidárias que concordem com as bases deste apelo para que se juntem na rua no dia 15 de Setembro.

Dividiram-nos para nos oprimir. Juntemo-nos para nos libertarmos!

(continua na página seguinte)

C4-2 (continuação)

Ana Carla Gonçalves, Ana Nicolau, António Costa Santos, António Pinho Vargas, Belandina Vaz, Bruno Neto, Chullage, Diana Póvoas, Fabíola Cardoso, Frederico Aleixo, Helena Pato, Joana Manuel, João Camargo, Luís Bernardo, Magda Alves, Magdala Gusmão, Marco Marques, Margarida Vale Gato, Mariana Avelãs, Myriam Zaluar, Nuno Ramos de Almeida, Paula Marques, Paulo Raposo, Ricardo Morte, Rita Veloso, Rui Franco, Sandra Monteiro, São José Lapa, Tiago Rodrigues.

ADENDA:

A manifestação de 15 de Setembro é pacífica. As armas que levamos são as nossas vozes e a nossa presença. Não serão, pois, bem-vindos ao protesto ou à página quaisquer apelos à violência. Na impossibilidade de darmos a esta página atenção permanente dada a concentração de esforços em sermos muitos milhares no próximo Sábado, demarcamo-nos de comentários notoriamente racistas, xenófobos ou fascistas assim como de perfis com o propósito de insultar os participantes.

Disponível em <http://www.queselixeatroika15setembro.blogspot.pt/>

Guião utilizado para a entrevista*

-
- Nome
 - Idade (à data daqueles movimentos)
 - Habilitações académicas
 - Situação de trabalho (à data daqueles movimentos e atualmente)
-

- Tens filiação político-partidária?
 - Tens filiação sindical?
 - És membro de alguma organização cívica?
 - Costumas participar nos atos eleitorais habituais?
 - Em que partido votaste?
-

- Participaste no MGR e/ou no QSLT?
 - Foi a 1ª vez que participaste em ações deste tipo?
 - Que razões te levaram a participar nestes movimentos?
-

- Politicamente, eras ativo antes desta participação?
 - Continuaste ativo, politicamente, depois desta participação?
 - Se antes já eras ativo politicamente, achas que o teu engajamento político foi, com esta participação, intensificado ou não?
 - Se antes não eras ativo politicamente, isso serviu para aumentar o teu interesse pela política? De que forma? Inscreveste-te nalgum partido, associação, etc.?
-

- Consideras que a crise e a austeridade foram fatores de menor participação política dos jovens portugueses ou, pelo contrário, foram uma ocasião de repolitização dos mesmos?
-

* Feita a jovens que participaram no MGR (12 de Março de 2011) e no QSLT (15 de Setembro de 2012), e que à data dos mesmos tinha 18 a 34 anos.

Aspetos do guião considerados:

1. Para a caracterização dos entrevistados

- Nome
- Género
- Idade (à data destes acontecimentos*)
- Habilitações académicas
- Situação de trabalho (à data destes acontecimentos*):estavas empregad@, desempregad@?
- Tens filiação político-partidária?
- Tens filiação sindical?
- És membro de alguma organização cívica?
- Costumas participar nos atos eleitorais habituais?
- Em que partido votaste?
- Participaste no MGR e/ou no QSLT?
- Foi a 1ª vez que participaste em ações deste tipo?
- Politicamente, eras ativ@ antes desta participação?
- Continuaste ativ@, politicamente, depois desta participação?

2. Para conhecer razões da participação dos jovens no MGR e QSLT

- Que razões te levaram a participar nestes movimentos?
- És membro de alguma organização cívica?
- Politicamente, eras ativ@ antes desta participação?
- Continuaste ativ@, politicamente, depois desta participação?
- Tens filiação político-partidária?
- Em que partido votaste?
- Consideras que a crise e a austeridade foram fatores de menor participação política dos jovens portugueses ou, pelo contrário, foram uma ocasião de repolitização dos mesmos?

3. Para saber se a participação destes jovens no MGR e QSLT contribuiu para o seu engajamento político

- Costumas participar nos atos eleitorais habituais?
- Em que partido votaste?
- Participaste no MGR e/ou no QSLT?
- Foi a 1ª vez que participaste em ações deste tipo?
- Politicamente, eras ativ@ antes desta participação?
- Continuaste ativ@, politicamente, depois desta participação?
- Se antes já eras ativ@ politicamente, achas que o teu engajamento político foi, com esta participação, intensificado ou não?
- Se antes não eras ativ@ politicamente, isso serviu para aumentar o teu interesse pela política? De que forma? Inscreveste-te nalgum partido, associação?
- Consideras que a crise e a austeridade foram fatores de menor participação política dos jovens portugueses ou, pelo contrário, foram uma ocasião de repolitização dos mesmos?

4. Para averiguar o que estes jovens pensam relativamente ao contributo da crise e da austeridade no despoletar do MGR e QSLT

- Que razões te levaram a participar nestes movimentos?
- Politicamente, eras ativ@ antes desta participação?
- Se antes já eras ativ@ politicamente, achas que o teu engajamento foi, com esta participação, intensificado ou não?
- Se antes não eras ativ@ politicamente, isso serviu para aumentar o teu interesse pela política? De que forma? Inscreveste-te nalgum partido, associação?
- Consideras que a crise e a austeridade foram fatores de menor participação política dos jovens portugueses ou, pelo contrário, foram uma ocasião de repolitização dos mesmos?

(continua na página seguinte)

5. Para averiguar qual o contributo da crise e da austeridade para uma maior participação dos jovens nos novos movimentos sociais

- Participaste na *Manifestação da Geração à Rasca* e/ou na *Que se lixe a troika. Queremos as nossas vidas*?
- Que razões te levaram a participar nestas manifestações?
- Politicamente, eras ativ@ antes desta participação?
- Se antes já eras ativ@ politicamente, achas que o teu engajamento foi, com esta participação, intensificado ou não?
- Consideras que a crise e a austeridade foram fatores de menor participação política dos jovens portugueses ou, pelo contrário, foram uma ocasião de repolitização dos mesmos?